



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO – POLO DE SANTANA DO IPANEMA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ALÍCIA MELO DOS SANTOS

**DA ILUSÃO DO DESENVOLVIMENTO AO RISCO DA DESNACIONALIZAÇÃO: O
CASO SALGEMA-BRASKEM E A DÍVIDA ECOLÓGICA E SOCIAL.**

Santana Do Ipanema

2023

ALÍCIA MELO DOS SANTOS

**DA ILUSÃO DO DESENVOLVIMENTO AO RISCO DA DESNACIONALIZAÇÃO: O
CASO SALGEMA-BRASKEM E A DÍVIDA ECOLÓGICA E SOCIAL.**

Trabalho de conclusão de curso submetido à banca examinadora do curso de Ciências Econômicas, na Universidade Federal de Alagoas – *Campus* do Sertão, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. José Menezes Gomes

Santana Do Ipanema

2023

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária: Taciana Sousa dos Santos – CRB-4 – 2062

S237d Santos, Alícia Melo dos .

Da ilusão do desenvolvimento ao risco da desnacionalização : o caso Salgema-Braskem e a dívida ecológica social / Alícia Melo dos Santos. - 2023.

61 f. : il. color.

Orientador: José Menezes Gomes.

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Alagoas. Campus do Sertão. Santana do Ipanema, 2023.

Bibliografia: f. 54-59.

Anexos: f. 60-61.

1. Salgema. 2. Braskem. 3 Indústria química – Alagoas. 4. Desastres socioambientais. I. Título.

CDU: 661.833.321 : 504.05 (813.5)

Folha de Aprovação

ALICIA MELO DOS SANTOS

Da ilusão do desenvolvimento ao risco da desnacionalização: O caso Salgema-Braskem e a dívida ecológica e social.

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à banca examinadora do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 01 de novembro de 2023.

Documento assinado digitalmente
 JOSE MENEZES GOMES
Data: 05/12/2023 17:08:33-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

(Orientador - Prof. Dr. José Menezes Gomes)

Banca examinadora

Documento assinado digitalmente
 GUILHERME CARNEIRO LEAO DE ALBUQUERQUI
Data: 12/12/2023 14:54:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

(Examinador interno – Prof. Msc. Guilherme Carneiro Leão de Albuquerque Lopes, UNICAMP)

Documento assinado digitalmente
 FLAVIO JOSE DOMINGOS
Data: 06/12/2023 10:11:10-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

(Examinador Interno – Prof. Msc. Flávio José Domingos, UFAL)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus pelo dom da vida, a força de vontade e a oportunidade de poder contribuir com minha pesquisa para evidenciar a tragédia ambiental, econômica e social vivenciada pela população maceioense desde 2018.

A minha família, principalmente aos meus pais Adenilda Melo e Manoel dos Santos, que me deram apoio total nos estudos. Aos meus irmãos Larissa Melo e Wallisson Melo, que também foram peças fundamentais ao longo do período de graduação.

Também agradeço aos meus amigos de graduação Carlos Leonor, José Cícero, Maelson, Milla e Geinny, que sempre estiveram ao meu lado nos momentos mais importantes na universidade.

Ao Prof. Dr. José Menezes Gomes, pelo papel de orientador desempenhado com muita dedicação, onde contribuiu diretamente para realização desta monografia.

Por fim, agradeço a existência da Universidade Federal de Alagoas – Campus Ser-tão, onde através dela eu pude adquirir todo conhecimento durante o tempo de graduação. E em especial, agradeço aos estudantes e professores que contribuíram com a greve estudantil, qual possibilitou a construção do atual prédio da UFAL em Santana do Ipanema-AL.

RESUMO

Esta monografia tem como objetivo investigar toda trajetória da implantação da empresa Salgema – Braskem e a extensão do polo cloro-álcool-químico em Alagoas. Em destaque todo processo da metamorfose entre a estatização e a privatização da companhia química e as consequências deixadas pelo uso exploratório dos recursos naturais entre 1976 - 2023. Esta pesquisa é organizada em duas etapas. A primeira parte consiste em traçar uma linha do tempo resgatando todo processo que se deu para instaurar a indústria química em Alagoas, destacando a participação do governo federal e estadual por meio dos incentivos fiscais. No primeiro capítulo é abordada a evolução do desenvolvimento econômico do estado, que vai desde as primeiras atividades da monocultura da cana-de-açúcar e os engenhos agroindustriais até a chegada da primeira indústria química e a extensão do polo-cloro-álcool-químico, que contou com participação dos incentivos financeiros oriundos do II PND, e através dos empréstimos externos adquiridos pelo governo do estado para poder se estabelecer este polo na região. No segundo, é resgatada a história do surgimento da Braskem S/A, qual evidencia a descoberta das jazidas de salgema, as primeiras atividades de perfurações do solo e os primeiros societários. Além disso, destaca a metamorfose que ocorreu entre a etapa da transição da empresa estatal para o setor privado. No decurso deste capítulo também aborda os principais programas de benefícios fiscais e financeiros que foram concedidos a projetos industriais implantados no Nordeste, tal como: o sistema 34/18, o PIN, PROTERRA e FINOR. E, evidencia os privilégios da renúncia fiscal do estado para a Salema-Braskem e a participação da companhia na dívida pública de Alagoas. A segunda parte consiste em mostrar os resultados que todo o processo de implantação e de exploração da salgema pela empresa trouxe para o estado de Alagoas. No capítulo terceiro, é feita uma retrospectiva dos principais acontecimentos catastróficos provocados pelas atividades mineradoras da Braskem desde 2018 a 2023, que ocasionou o êxodo de mais de 55 mil pessoas e gerou cinco bairros fantasmas na capital alagoana. O quarto ressalta a participação do mecanismo capitalista do uso predatório do meio ambiente por países desenvolvidos aos países da América do Sul, dando ênfase a exploração em massa, os danos irreparáveis do meio ambiente e a dívida ecológica. As considerações finais refletem sobre todo apanhado de conflitos e contradições que surge em torno das expectativas que foram criadas pelo governo durante o período de implantação da empresa no estado de Alagoas, e destaca o resultado atual, evidenciando o maior desastre urbano em atividade do mundo.

Palavras-chave: Braskem S/A; Salgema; Polo Cloro-álcool-químico; Empréstimos externos; Desastre socioambiental.

ABSTRACT

The aim of this monograph is to investigate the entire trajectory of the implementation of the Salgema - Braskem company and the extension of the chlor-alcohol-chemical complex in Alagoas. It focuses on the entire process of metamorphosis between the nationalization and privatization of the chemical company and the consequences left by the exploitative use of natural resources between 1976 and 2023. This research is organized in two stages. The first part consists of tracing a timeline of the entire process that took place to establish the chemical industry in Alagoas, highlighting the participation of the federal and state governments through tax incentives. The first chapter covers the evolution of the state's economic development, from the first sugarcane monoculture activities and the agro-industrial mills to the arrival of the first chemical industry and the extension of the chloro-alcohol-chemical hub, which was supported by financial incentives from the II PND, and through external loans acquired by the state government in order to establish this hub in the region. In the second section, the history of Braskem S/A's emergence is retraced, showing the discovery of the salgema deposits, the first soil drilling activities and the first shareholders. It also highlights the metamorphosis that took place between the transition stage from the state-owned company to the private sector. This chapter also discusses the main tax and financial benefit programs that were granted to industrial projects set up in the Northeast, such as the 34/18 system, PIN, PROTERRA and FINOR. It also highlights the privileges of the state's tax waivers for Salema-Braskem and the company's participation in Alagoas' public debt. The second part focuses on the results that the whole process of setting up the mining company and exploiting salgema has brought to the state of Alagoas. The third chapter looks back at the main catastrophic events caused by Braskem's mining activities from 2018 to 2023, which caused the exodus of more than 55,000 people and generated five ghost neighborhoods in the capital of Alagoas. The fourth section highlights the participation of the capitalist mechanism of predatory use of the environment by developed countries in South American countries, emphasizing mass exploitation, irreparable damage to the environment and ecological debt. The final considerations reflect on all the conflicts and contradictions that have arisen around the expectations that were created by the government during the period when the company was set up in the state of Alagoas, and highlight the current result, which is the largest active urban disaster in the world.

.

Keywords: Braskem S/A; Rock salt; Polo Chlorine-alcohol-chemical; External Loans; Socio-environmental disaster.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Protesto de moradores contra a duplicação da salgema no ano de 1985.	20
Figura 2: Estrutura societária do capital total da Braskem em 2023.	22
Figura 3: Variações dos Juros nos Estados Unidos (1997 – 2024).	28
Figura 4: Processo de retirada do sal-gema das jazidas	29
Figura 5: Mapeamento das indústrias no setor cloro-soda 2020.	31
Figura 6: Áreas de resguardo das primeiras realocações.....	34
Figura 7: Imóveis abandonados em áreas de riscos	35
Figura 8: Manifestações das vítimas em frente à empresa Braskem em 2021	36
Figura 9: Protestos dos moradores dos Flexais – Bebedouro.....	40
Figura 10: Cratera encontrada no Bairro Pinheiro-Maceió.	41
Figura 11: Galeria de muros pichados em clamor de justiça pelas vítimas da Braskem.....	45
Figura 12: Mapeamento das áreas em riscos “versão 4” da defesa civil de Maceió.....	46
Figura 13: Manifestação na entrada da unidade da Braskem em 2023.	48
Figura 14: Desastre ambiental ocasionado pela mineração – Brumadinho-MG.....	51
Figura 15: Restos que sobraram de um lar, Maceió-AL.	52

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Tabela de investimentos do BNDE aos polos petroquímicos.	19
Tabela 2 - Dados da Renúncia Fiscal de Alagoas (2013- 2021).	26
Tabela 3 - Tabela de valores da renúncia fiscal em Alagoas.	27
Tabela 4 - Estatística da Sal-gema no Brasil (2005 – 2007).	32
Tabela 5 - Números do PCF no mês de junho 2022.	41
Tabela 6 - Receitas Líquidas da Braskem 2021.	43

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AL	Alagoas
ANM	Agência Nacional de Mineração
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento
CPRM/SGB	Serviço Geológico do Brasil
CNP	Conselho Nacional de Petróleo
CODEAL	Comissão do Desenvolvimento Econômico de Alagoas
COPENE	Companhia Petroquímicas do Nordeste
EBITDA	Lucro antes de juros, Impostos, Depreciação e Amortização
EPB	Empresa Petroquímica do Brasil
FAM	Fundo de Amparo aos Moradores
FINOR	Fundo de Investimentos do Nordeste
II PND	II Plano Nacional de desenvolvimento
ICMS	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
MPF	Ministério Público Federal
PCA	Polo Cloro-Álcool-Químico de Alagoas
PPA	Plano Plurianual
PVC	Cloreto de Polivinil
PCF	Programa de Compensação Financeira e Apoio a Realocação
PE	Polietileno
PIB	Produto Interno Bruto
PIN	Programa de Integração Nacional
PP	Polipropileno
TCU	Tribunal de Contas da União
UFAL	Universidade Federal de Alagoas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE ALAGOAS ATÉ A CHEGADA DA INDÚSTRIA QUÍMICA.	13
2.1 O II Plano Nacional de Desenvolvimento em Alagoas.....	16
3 O RESGATE HISTÓRICO DO SURGIMENTO DA EMPRESA BRASKEM S/A EM ALAGOAS.	17
3.1 O processo privatização das estatais e a utilização de moedas podres.	23
3.2 Renúncia fiscal e a participação da Salgema-Braskem na dívida Pública de Alagoas.	24
3.3 Sal-Gema e Setor Industrial da Clorossoda	29
4 OS IMPACTOS CAUSADOS PELA EXPLORAÇÃO DO SAL-GEMA NOS BAIRROS DE MACEIÓ – ALAGOAS.....	32
4.1 O marco entre os anos de 2020 e 2021 na vida dos moradores afetados	34
4.2 Protesto e tentativa de venda das ações da Braskem em mercado internacional em 2021	36
4.3 As lacunas do programa PCF e os impactos acarretados no ano de 2022.....	38
4.3.1 A relação entre a lucratividade da Braskem e o crime socioambiental 2020-2023.....	41
4.4 Acordos financeiros, especulação Imobiliária e o caos do crime socioambiental em 2023.	43
5 A DÍVIDA ECOLÓGICA E AS CONSEQUÊNCIAS DA EXTRAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS DO SUBSOLO.	48
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
REFERÊNCIAS	54
ANEXO A - CARTA ABERTA AO PÚBLICO	60
ANEXO B - CARTA ABERTA AO PÚBLICO.....	61

1 INTRODUÇÃO

A antiga Sal-gema Indústria Químicas S/A, atual Braskem S/A, é descrita como a matriz do setor industrial químico de Alagoas que teve início nas atividades do segmento da extração de sal-gema em Maceió (AL) a partir de 1976. A indústria cloro química chegou ao estado com a finalidade de diversificar o setor de produção por meio do II Plano Nacional de Desenvolvimento do governo do General Ernesto Geisel. De início, a indústria se desenvolveu a partir do setor privado, mas, diante do processo, só conseguiu sua consolidação e passou a funcionar através dos financiamentos público realizado através do estado, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE) e em parceria com a companhia americana DuPont, tornando-se uma empresa de economia mista.

Após alguns anos de efetivação, o Governo Federal através do BNDES, decidiu vender parte das ações ordinárias em um leilão na Bolsa do Rio no ano de 1995. Com a realização da venda, a Salgema Indústria Químicas S/A passou a ser totalmente do setor privado, sendo nomeada como Trikem em 1996. Logo surge a fusão entre a Trikem e outras empresas do mesmo setor, onde passou a ser gerenciada pela Novonor¹ e Petrobrás. E em 2002 nasce a Braskem S/A incorporando as operações existentes em Maceió.

Atualmente a companhia Braskem S/A é reconhecida internacionalmente como a maior produtora de resinas termoplásticas da América Latina. Em contraste a sua grandeza no mercado químico global, atualmente ela é apontada como responsável por um dos maiores desastres socioambiental em atividade no Brasil.

Esse crime ambiental foi descoberto pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM) no ano de 2018, e com o passar dos anos, foi comprovada a partir de denúncias por meio de moradores que perceberam a presença de abalos sísmicos em suas localidades, tornando-se ainda mais evidente e comprovada a partir do surgimento de rachaduras nas residências e pela instabilidade no solo das regiões próximas onde à empresa executava as operações nas jazidas desde a década de 70. Essas foram importantes evidências para o início do grande crime ambiental em Alagoas.

O presente estudo teve como objetivo entender as motivações que levaram ao surgimento da Salgema Indústrias Químicas S/A em Alagoas e suas mutações que ocorreram até chegada da Braskem, bem como analisar a maior tragédia socioambiental da capital alagoana,

¹ Antigo grupo Odebrecht.

qual vem provocando o êxodo em massa dos residentes de cinco bairros: Pinheiro, Bebedouro, Mutange, Bom Parto, Farol e adjacências.

Em vista disso, na realização da pesquisa, buscou-se responder ao seguinte questionamento: De que forma o processo de estatização e privatização da companhia química impactou economicamente e socialmente o Estado de Alagoas? Assim como procurou responder aos seguintes objetivos específicos: 1) Resgatar o processo histórico de constituição da Salgema S/A – Braskem S/A; 2) Verificar quais foram os benefícios que a empresa trouxe de Alagoas; 3) Verificar formas de transferência do dinheiro público para acumulação privada e 4) Analisar as dimensões ambientais e socioeconômicos causados a população, e o que isso pode acarretar para o futuro da cidade.

A realização deste trabalho de conclusão de curso partiu da iniciativa de esclarecer as razões que levaram o estado alagoano a financiar empréstimos externos para que a companhia química pudesse iniciar o processo de implantação do polo-cloro-químico, qual daria sustentação à criação da Salgema S/A. Por outro lado, tem como finalidade mostrar os danos socioeconômicos provocados pelo uso predatório dos recursos naturais no decorrer das operações da Braskem S/A em Alagoas. Diante disso, a pesquisa apresenta sua relevância não somente para o meio acadêmico/científico, como também para o âmbito social.

A metodologia empregada nesta monografia é fundamentada através da pesquisa documental, partindo da abordagem qualitativa. Como destaca Gil (2002, p. 45) “a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa”.

Esta metodologia consiste em fontes com mais diversificação, onde há documentos primários e podem ser vistos tanto na forma escrita e não escrita. Esses arquivos podem ser encontrados e conservados em órgãos públicos, instituições privadas. E podem ser classificados por documentos formais, pareceres técnicos, cartas, tabelas, relatórios de pesquisas etc.

A pesquisa documental apresenta uma série de vantagens. Primeiramente, há que se considerar que os documentos constituem fonte rica e estável de dados. Como os documentos subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica (GIL, 2002, p. 45).

O *corpus* analisado foi configurado tendo em vista a reunião de notícias em revistas científicas, reportagens (veiculadas em sites), pareceres técnicos, tabelas com dados e gráficos, carta aberta, fotografias e informações retiradas de arquivos oficiais dos órgãos públicos

e privados. Dentre outros meios de acesso que possibilitaram a realização do estudo situado na área de Desenvolvimento Econômico e Regional.

A monografia está subdividida a partir de cinco seções nas quais, 1) discorre sobre o desenvolvimento econômico em Alagoas no contexto das atividades da indústria química no estado; 2) aborda o resgate histórico do surgimento da Braskem S/A e faz considerações a respeito da renúncia fiscal do governo de Alagoas em relação às atividades da companhia e a participação na dívida pública; 3) denota os impactos causados pela forte exploração da sal-gema nos cinco bairros da capital alagoana desde 2018 até 2023; e o 4) aborda-se a visão da dívida ecológica no contexto brasileiro e as consequências acarretadas pela exploração inadequada dos recursos naturais. E logo seguem os resultados do estudo apresentados nas considerações finais, onde ficou evidente que, além do desastre socioambiental que vitimou a população de cinco bairros de Maceió/AL, as atividades da empresa também geraram uma série de problemas econômicos ao Estado de Alagoas, tais como: o endividamento público mediante ao processo de implantação do polo-cloro-químico; à Renúncia Fiscal; bem como do repasse de áreas patrimoniais de Alagoas para o setor privado.

2 O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE ALAGOAS ATÉ A CHEGADA DA INDÚSTRIA QUÍMICA.

Historicamente a economia de Alagoas foi caracterizada pela atividade da agropecuária e da monocultura da cana-de-açúcar. No decurso da formação do estado houve uma forte dependência econômica em relação ao setor produtivo canavieiro. Que pode ser observada entre os anos de 1535 a 1880, diante da exploração dos colonizadores portugueses no Brasil.

A economia do Nordeste neste período se concentrava nos setores de engenhos de cana de açúcar, que deram origem as primeiras unidades agroindustriais da região. O açúcar por ser um produto bastante requisitado e valioso nesta época, foi intitulado como o “ouro branco”, também considerada uma mercadoria de luxo em todo continente europeu. Este momento se trata do mecanismo capitalista da divisão internacional do trabalho, onde cada país desempenhava uma atividade especializada em determinada produção.

De acordo com Diodato (2017), o princípio de formação econômica nordestina foi bastante influenciada pelos altos preços do açúcar atribuídos pelo mercado europeu. Com solos propícios e adequados para cultivo da cana, a região foi reconhecida como uma oportunidade para os portugueses explorarem e darem início a produção de açúcar para exportação.

Desse modo, além da agroindústria canavieira, alguns setores da agricultura voltados para as atividades informais também fizeram parte desse giro econômico regional. No desenvolvimento desta economia teve crescimento a produção do algodão.

O início do século XIX representou mudanças para Alagoas. No campo econômico, dois eventos históricos ocorridos ainda no século anterior proporcionaram o aumento das vendas tanto do algodão quanto do açúcar, na região nordestina. A independência dos Estados Unidos (1776) interrompe o envio do algodão para a Inglaterra e a revolução do Haiti (1791-1804), principal colônia Francesa, afeta a sua produção de açúcar (DIODATO, 2017, p. 28).

Esse evento ocasionou uma forte demanda para os produtores de Alagoas, pois passaram a lidar com o comércio exterior. A exportação obteve um aumento exponencial dos insumos. Nesse período Alagoas ainda pertencia à capitania pernambucana, e as matérias-primas eram exportadas por meio do porto de Recife-PE.

Em 1852 novos meios de produção, considerados como os grandes engenhos, passaram a fazer parte da produção e do rendimento econômico alagoano, já então estado independente de Pernambuco. Em 1857 chegaram às primeiras inovações na área têxtil, e assim foi desenvolvida uma fábrica destinada a este ramo industrial. A economia alagoana logo passou a se basear na produção açucareira, algodão, pecuária e nos trabalhos informais (DIODATO, 2017).

É importante destacar que devido à falta de técnicas e de inovação no setor produtivo de Alagoas, houve um declínio econômico. A partir disso, iniciavam-se projetos voltados para a exploração de petróleo em solos alagoanos, realizando as primeiras atividades de perfurações no solo entre 1920 a 1927.

Diante dessas observações acerca das atividades petrolíferas, Carvalho (2015) apud Diodato (2017) afirma que as buscas pelo petróleo no estado através do Conselho Nacional de Petróleo (CNP) foram pautadas em tentativas sem sucesso. Somente após 13 anos o CNP passou a realizar novas tentativas de perfurações em bairros da capital Maceió (AL), as quais também não obtiveram êxito. O petróleo só veio ser descoberto em meados de 1957, no entanto, dentre uma dessas perfurações foi encontrado uma grande jazida de sal-gema no bairro do Bebedouro, que após alguns anos a exploração, tornou-se uma das atividades de grandes investimentos no estado.²

Durante o Governo de Muniz Falcão de 1957, a política de Alagoas passou por diversos acontecimentos importantes na história. Dentre um desses marcos, destaca-se a proposta de desenvolver uma taxa financeira (Taxa Pró-Economia) que tinha por objetivo tributar

² Todo esse processo irá ser destacado no Capítulo 3

os principais grupos econômicos concentrados no Estado, a fim de alocar os recursos obtidos através da taxação em áreas sociais. Além disso, também foi em seu governo que foi elaborado a Comissão do Desenvolvimento Econômico de Alagoas (CODEAL), tornando-se uma ferramenta importante para organizar todo o planejamento voltado para o desenvolvimento do Estado. A partir do governo de Falcão foram surgindo novos métodos que passaram a atuar na administração de Alagoas. (LIRA, 2014 apud DIODATO, 2017).

Seguindo os direcionamentos de Diodato (2017), durante o governo de Divaldo Suruagy³, em 1975, foi tomada a iniciativa de desenvolver um polo cloro químico no Estado, o qual foi utilizado como um método para dinamizar a economia alagoana. Esse polo foi caracterizado como um plano de ação imediata. Todo o interesse do governo pelo polo-cloro-químico deu-se devido à existência da Salgema Indústria Química S.A. Em 1976, o seu projeto foi ampliado e criando a Coordenação do Complexo Químico de Alagoas, tendo como finalidade o desenvolvimento do setor industrial químico.

Para dar segmento ao processo de efetivação da petroquímica em Alagoas, o Estado acabou adquirindo empréstimos externos vindos da França. O Estado foi utilizado em primeiro momento para assumir a função produtiva da empresa e tomou os riscos iniciais para firmar a indústria na Região. Esses gastos estatais tinham como objetivo gerar cem mil empregos, tirar Alagoas do atraso econômico e levar para uma nova etapa da industrialização⁴.

A partir dessa coordenação organizada pelo plano de governo de Suruagy, o primeiro Polo-Cloro-álcool-químico de Alagoas foi implantado no município de Marechal Deodoro. Em vista disso, foi criada uma ponte com a indústria açucareira, qual passou a utilizar o álcool produzido nas usinas e o eteno⁵ obtido pelo polo cloro-álcool-químico, assim reproduzir um subproduto conhecido como dicloretano (ALVES, 2018).

O Polo Cloro-Álcool-químico de Alagoas – PCA passou a iniciar a sua participação em dimensão nacional:

Impulsionado pelas estratégias de descentralização industrial do governo federal, através da implantação de polos de desenvolvimento, o PCA teria um papel de complementar a denominada “equação química nacional” do II Plano Nacional de Desenvolvimento⁴ (1975-1979). Assim, o estado de Alagoas se insere, portanto, no

³ Divaldo Suruagy Gomm foi governador de Alagoas durante três mandatos e se notabilizou por ser o impulsor da dívida externa de alagoas (através dos empréstimos adquiridos no exterior).

⁴ ARAÚJO, Cassio. Braskem, que ajudou a endividar alagoas, tripudia povo de maceió”. **Auditoria cidadã da dívida**. Maceió, 15 de mar. 2021.

⁵ Eteno ou etileno é um gás altamente inflamável e incolor que possui um odor adocicado e sabor característico. É obtido pelo petróleo e é produzido nas frutas como a cana-de-açúcar.<
<https://mundoeducacao.uol.com.br/quimica/etanol.htm>>

‘eixo petroquímico do Nordeste’ devido à potencialidade de suas matérias-primas, a saber: a cana-de-açúcar, o sal-gema e o gás natural. (LUSTOSA, 1997, p. 12 apud ALVES, 2018, p. 70).

É importante destacar que todo esse projeto de implantação do Polo Químico em Alagoas teve a grande participação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), além dos investimentos realizados pelo governo para iniciar a grande etapa de industrialização do Estado, qual será abordado no subcapítulo posterior.

2.1 O II Plano Nacional de Desenvolvimento em Alagoas.

O II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) como salienta Silva (2009) foi estabelecido pelo governo do Presidente Ernesto Geisel em 1974, como uma estratégia que trazia novos interesses para o desenvolvimento econômico brasileiro através do ajuste no setor industrial do país. Essa política teve como projeto o desenvolvimento dos setores de bens de capital, insumos básicos, o fortalecimento das indústrias e da infraestrutura do Brasil.

O Governo buscava enfrentar a forte crise internacional do petróleo que se expandia por diversos países, logo passou a definir vários investimentos para esses setores-chave. Esta fase da industrialização visava uma nova etapa de modernização industrial como base o investimento do capital estatal.

Tratava-se de um ambicioso projeto de investimentos e estímulos coordenados, que tinha o planejamento como métrica e uma combinação de capital privado, estatal e externo nos papéis de motores do crescimento (MARINGONI, 2016, p. 45).

Para Limberger (2010), o II PND foi fundamental para o desenvolvimento das indústrias petroquímicas brasileiras, onde buscaram incentivar as companhias que tinham insuficiência com os setores de base, com destaque as derivadas do petróleo que vivenciavam uma crise na época, da mesma forma com o setor de bens de produção pouco desenvolvido no país.

A elevação do preço do petróleo, qual ocorreu em 1973, acabou por um déficit comercial. A resposta a esse fato veio com a criação do Proálcool⁶ para fortalecer a produção de etanol, e substituir as importações da gasolina.

⁶ Programa desenvolvido pelo governo brasileiro para substituir a dependência da utilização do petróleo por álcool.

Partindo para o estado de Alagoas, SEADE (2000) conta que durante os anos 70, a economia de Alagoas também foi impulsionada pelo Proálcool. Durante os anos 80, o II PND destinou um volume de capital para a região com o intuito fomentar a exploração de recursos naturais do estado, este programa contava com uma farta política de incentivos e renúncias fiscais. Esse investimento favoreceu ao complexo cloro-álcool-químico situado na capital Maceió, a fim de impulsionar a economia.

Ainda conforme SEADE (2000) “nas fases de implantação e expansão do Proálcool, as usinas se mantiveram e ocorreu o crescimento no número de destilarias, colocando o estado na posição de segundo maior produtor de açúcar e álcool do país”. Nesse contexto, a indústria de transformação se beneficiou gerando várias atividades dentro desse setor.

Em decorrência da redução de incentivos financeiros na década de 90, o setor sucroalcooleiro entra em estagnação e várias dificuldades passam a ocorrer, chegando a provocar uma crise. Dessa forma, as expectativas criadas ao polo cloro-álcool-químico acabaram não sendo totalmente atingidas. Com os grandes impactos, apenas sobreviveu do projeto a empresa Trikem, antiga Salgema/S.A (SEADE 2000).

No tocante a questão, apesar do Governo Geisel fomentar investimentos nos setores industriais a fim de estimular a economia de Alagoas, o fluxo econômico do estado se manteve em torno da agricultura.

3 O RESGATE HISTÓRICO DO SURGIMENTO DA EMPRESA BRASKEM S/A EM ALAGOAS.

Em 1941, o Conselho Nacional do Petróleo iniciava perfurações em solos alagoanos com o propósito de extrair o petróleo da região. Em uma tentativa sem êxito, foram feitas perfurações equivalentes a 1000 metros de profundidade e apenas encontraram a matéria-prima conhecida como salgema⁷. Após todo o processo, os exploradores acabaram desvalorizando a matéria prima encontrada. De acordo com Ticianeli (2015), apenas Euvaldo Freire de Carvalho Luz – um empresário de uma oficina contratada para prestar serviços de manutenção nas sondas de perfuração do petróleo – teve a iniciativa de observar os restos da matéria-prima presentes nos instrumentos e percebeu a importância econômica que tinha a sal-gema.

No ano de 1944, após a descoberta, o Euvaldo Luz passa ter interesse nas áreas de Maceió (AL) e solicita a autorização do governo do estado de Alagoas para poder explorar os

⁷ Sal-gema é uma rocha composta basicamente por halita (NaCl), matéria-prima utilizada na fabricação de cloro e de produtos de higiene.

territórios. Seguidamente, foi constatado que a oportunidade de exploração já havia sido concedida a um grupo internacional, com a validade de 22 anos, mas o grupo não levou o acordo à frente. Apenas em 1964 o operador obteve êxito na proposta, assim, ganhou o direito de explorar a localidade. A partir dessa oportunidade, iniciaram-se os trabalhos na Lagoa do Norte – município de Maceió. Nascia, então, o grupo Eluz e Euvaldo Luz (TICIANELI, 2015).

Ainda em concordância com o contexto histórico, em 1965 o empresário enviou propostas para empresas do exterior a fim de propor negociações. Obtendo respostas positivas, Euvaldo Luz iniciou uma parceria com a empresa estadunidense Dow Química e Solva. Surge então, em 1966, a Salgema Industrial Químicas Ltda, estimulada através de capital privado, onde exigiu investimentos altíssimos para realização das atividades de minério na região. Partindo disso, a gestão da empresa sofreu diversas transformações administrativas, onde deu início ao processo de metamorfose. Foi durante essas mutações administrativas que o grupo francês Dupont concedeu 50% na participação das ações (BARROS FILHO, 2021).

É válido ressaltar, que todo investimento do capital estrangeiro feito pelos acionistas não foi capaz de impulsionar o desenvolvimento da empresa na região.

Em 1971 iniciava então as participações do BNDE, por meio de financiamento altíssimos para projeto, conforme destaca:

Em 1971 foi à vez do Banco Nacional de Desenvolvimento aderir ao projeto. Nesse período Euvaldo Luz detinha 45% das ações, o BNDE controlava outros 10% a Dupont possuía 45%. Preparando a estatização da empresa, o governo, por meio do BNDE, duplicou o capital, que era de 70, para US\$ 140 milhões (TICIANELI, 2015).

Em 1974 começava as obras do polo cloro-álcool-químico, o campo de salmoura e o terminal marítimo na cidade. É importante destacar que o polo cloro-químico de Alagoas estava inserido no programa do II Plano de Desenvolvimento do governo Geisel (citado no capítulo anterior), onde foram criadas bases para que houvesse uma diversificação no setor industrial do estado. No entanto, a produção inicial ocorreu apenas em 1977 (FIPLAN, 1982 apud DIODATO, 2017).

Em vista disso, a exploração das minas de salgema, através da obra estatal, chegou com objetivo de ser uma mudança no cenário econômico de Alagoas, onde existiu a promessa de gerar milhares de oportunidades de emprego a população. Com isso esperava-se a redução da desigualdade social e mudanças econômicas na região, uma vez que a economia da época dependia, primordialmente, da monocultura da cana-de-açúcar e dos repasses do governo federal (ARAÚJO, 2019).

Devido ao alto custo dos investimentos e aos problemas no gerenciamento do projeto, o grupo nacional e pioneiro, o Euluz, acabou renunciando a participação e não seguiu com plano de implantação. Então o BNDE e a DUPONT convidam a estatal PETROQUISA para fazer parte da implantação (MELLO, 1977).

Em 1975 a parte do acionista Euvaldo Luz é substituída oficialmente, conforme expressa:

Em 1975 a Petroquisa comprou as ações de Euvaldo Luz e obteve o controle majoritário da empresa estatal, tendo como segundo grande acionista o grupo americano DuPont. Esta aderência do Estado brasileiro ao setor petroquímico em Alagoas, fazia parte do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que neste caso associava a produção das matérias-primas oriundas da sal-gema de Maceió para abastecimento do Polo Petroquímico de Camaçari, no estado da Bahia (BARROS FILHO, p.10, 2021).

O empreendimento estava passando por uma série de mudanças desde o seu projeto inicial, em 1977 a empresa Salgema Indústrias Químicas/SA foi beneficiada com um montante de US\$ 70 milhões para custear essas mudanças. Em 1979 o valor de investimento para o Polo-cloro-químico conforme a (Tabela 1) foi de US\$ 100 milhões de dólares, o equivalente a R\$ 520 milhões de reais na época (DIODATO, 2017).

Tabela 1 - Tabela de investimentos do BNDE aos polos petroquímicos.

PROJETO	OBJETIVO	VALOR TOTAL (U\$ Milhões)	DATA DA OPERAÇÃO
I Polo (São Paulo)		\$ 90,00	n.d.
II Polo (Bahia)		\$ 1.300,00	1978/79
III Polo (Rio Grande do Sul)		\$ 800,00	1980
Salgema	Soda cáustica e cloro	\$ 70,00	1977
Polo Cloroquímico (Alagoas)		\$ 100,00	1979
Alcanorte		\$ 100,00	1978
ICC	Ácido Sulfúrico	\$ 30,00	-
Butiflex		\$ 100,00	-
Estireno		\$ 50,00	-
Dow	Soda e óxido de propeno	\$ 80,00	-
Outros		\$ 300,00	-
Total		\$ 3.020,00	

Fonte: Diodato (2017)

É válido destacar, conforme aponta França (2019) que durante a implantação da empresa em Ponta da Barra-Maceió, bem como a extensão do polo cloro-álcool-químico em

Marechal Deodoro, estas nunca foram aceitas pela população maceioense. Após a autorização do governo para instalar o polo, houveram diversas manifestações populares (Figura 1), pois temiam os riscos que a empresa poderia oferecer para o meio ambiente e a sociedade local.

Os movimentos foram intensificando ao longo do ano de 1985, trazendo com ele a participação de programas e entidades públicas como a Universidade Federal de Alagoas (UFAL), os sindicatos jornalistas e outros grupos de grande importância.

Figura 1: Protesto de moradores contra a duplicação da salgema no ano de 1985.



Fonte: Josival Monteiro apud Ticianeli (2019)

Os principais motivos para implantar o polo cloro-álcool-químico eram que encerrariam com as importações de nafta⁸, produto utilizado para a realização da produção de dicloreto, onde abriria uma unidade de fabricação de eteno⁹ a partir do álcool (TICIANELI, 2015).

Em 1981 a empresa passou a alcançar as primeiras margens de lucro, conforme aponta Ticianeli (2015) “O ganho de Cr\$ 10 milhões foi atribuído por seu presidente, Ronaldo Miragaya, ao crescimento das exportações, que tinham aumentado em 30 vezes”. Quando

⁸ A nafta é um composto derivado do petróleo, utilizado como matéria-prima em indústrias do ramo petroquímico.< <https://petrobras.com.br/fatos-e-dados/conheca-os-derivados-do-petroleo-que-fazem-parte-do-cotidiano.htm>>

⁹ O eteno ou etileno é um gás altamente inflamável e incolor que possui um odor adocicado e sabor característico. É obtido pelo petróleo e é produzido nas frutas como a cana-de-açúcar.< <https://mundoeducacao.uol.com.br/quimica/etanol.htm>>

chegou o momento de a empresa reter lucratividade de suas operações, o BNDE sai do empreendimento, onde deveria ser o principal beneficiário.

De acordo com Santos (1995) após alguns anos de operação da empresa em Alagoas, em 1995, o governo federal (BNDES¹⁰) decidiu vender partes das ações ordinárias e preferenciais em um leilão de privatização na Bolsa do Rio. As porcentagens para as ações consideradas ordinárias, qual dava direito a votos aos acionistas em caso de ocorrência de assembleias dentro da empresa foi de 23,21%. Já na parte das ações preferenciais¹¹, considerando os sócios sem direitos a participação de votos foi de 33%, o valor das ações ao final do leilão foi de equivalente a R\$ 133,43 milhões de reais.

Vale destacar que esse é um fato muito importante, pois revela o caráter de classe do Estado. Onde a iniciativa privada é parasitária, e só tem interesse em entrar efetivamente com capital para impulsionar o negócio quando o estado, através da empresa estatal, já cumpriu com a etapa que existiam riscos financeiros.

Por fim das negociações de 1995, observa-se que a empresa Petroquímica do Brasil (grupo Odebrecht), acompanhado da Companhia Petroquímicas do Nordeste (COPENE), adquiriram as ações ofertadas no leilão, passando a obter as ações ordinárias no preço de R\$46,8 milhões. Santos (1995) ainda ressalta que as empresas já tinham associações com a Petroquisa. No que se refere às ações preferenciais, parte dos acionistas não foram identificados, mas o que chamou atenção é que a EPB – Empresa Petroquímica do Brasil fez parte dessa aquisição obtendo 20% do total posto à venda. O valor final atribuído a estas ações preferenciais adquiridas ao final do leilão foi de aproximadamente R\$ 86,63 milhões.¹²

Após a realização do leilão, a antiga Sal-gema passou a ser totalmente do setor privado, dividido entre EPB com a participação de 49,94% e a COPENE com 50%, restante dos 0,6% para outros acionistas não identificados (SANTOS, 1995).

Logo após essas vendas surge a mudança de nome da companhia Salgema S/A, assim sendo renomeada como TRIKEM em 1996. Em 2002 a Trikem faz junção com empresas do mesmo ramo da indústria química, onde passou a ser comandada pela Novonor e Petrobrás. É válido ressaltar que apesar da participação da Petrobrás nas ações, a empresa permaneceu como setor privado, isto é, sendo empresa de capital aberto. Após essa reorganização dos sócios, surge a Braskem S/A.

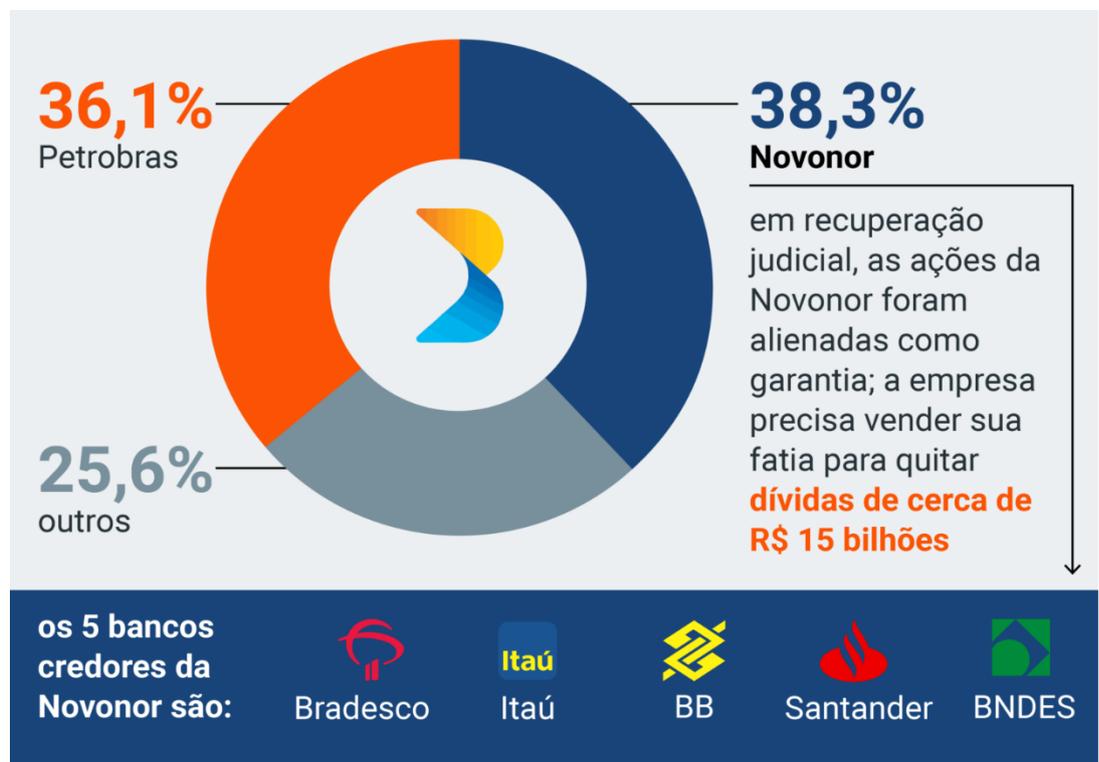
¹⁰ Neste período, na sigla BNDE foi acrescentado a letra S e se tornou o BNDES.

¹¹ São ações representativas do capital social, porém, sem direito a voto.

¹² SANTOS, Francisco. Governo vende ações da Salgema com ágio de 138%. **Folha de S.Paulo**. São Paulo, 6 de out. 1995.

A atividade do segmento químico em Alagoas, na época atual, é comandada pela empresa Braskem S/A, onde sua estrutura societária está partilhada entre a Novonor qual detém 50,1% do capital votante e 38,3% do capital total (Figura 2). Em seguida tem a Petrobrás, qual conta com a participação 47% do capital votante e 36,1% do capital total e, além dos acionistas minoritários que têm 2,9% do capital votante e 25,5% da participação do capital total (BORGES, 2023).

Figura 2: Estrutura societária do capital total da Braskem em 2023.



Fonte: Braskem apud Poder360 (2023)

Por fim, a maior petroquímica brasileira cogita a possibilidade de desnacionalização para dois grupos, um Árabe e outro Americano. O Brasil está diante de uma grande ameaça, pois a empresa é uma das maiores do segmento químico, e patrimônio nacional. A Petrobrás que é uma das majoritárias está resistente a este processo de venda planejado pelo grupo privado Novonor. A estatal cogita a compra da participação da Novonor.¹³

¹³ Desnacionalização da Braskem, maior empresa petroquímica do país, é um crime contra o Brasil. HORA DO POVO, 2023. Disponível em: <https://horadopovo.com.br/desnacionalizacao-da-braskem-maior-empresa-petroquimica-do-pais-e-um-crime-contra-o-brasil/>

3.1 O processo privatização das estatais e a utilização de moedas podres.

A privatização como destaca em Motta e Procianoy (1992), é o processo de transferência de poder e decisão de uma empresa estatal, por parte do governo, para investidores do setor privado. Essas negociações geralmente são feitas por meio de leilões, como a exemplo que ocorreu do processo de privatização da Salgema na bolsa de valores do Rio em 1995.

Neste caso, as vendas das ações da empresa na bolsa de valores de 1995 podem ser configuradas como prática da venda de “títulos podres” ou “moedas podres”. As moedas podres, conforme aponta Gomez (1995), são dívidas realizadas pelo governo em longo prazo que não foram quitadas no período previsto¹⁴. Estas despesas são praticadas direta ou indiretamente pelo governo como:

[...] como TDAs (Títulos da Dívida Agrária), debêntures da Siderbrás, letras hipotecárias da CEF (Caixa Econômica Federal), usadas para saldar dívidas do FCVS (Fundo de Compensação de Variações Salariais) aos bancos privados, certificados de privatização e outras dívidas (GOMEZ, 1995).

Esses títulos de dívidas como TDAs, debêntures de estatais e entre outros, são vendidos pelo Governo Federal a instituições financeiras e aos fundos de pensão. E, consequentemente, resgatadas por acionistas por um valor inferior ao nominal. Motta e Procianoy (1992) “No Brasil é permitida o uso desses títulos como moedas para pagamento na compra de empresas a serem privatizadas”. Os títulos da dívida por não terem facilidade para negociação são usados para serem vendidos no mercado secundário com desvalorização de até 50% do seu valor de face, o que faz com que as vendas ocorram de forma mais rápida.

As vendas ações só ocorrem de forma acelerada quando o índice P/L (preço/lucro) é muito a baixo ou em caso de o governo financiar os compradores, e, principalmente, se as vendas forem realizadas para estrangeiros que são os detentores cruciais de capital para investimentos. A bolsa de valores é o componente primordial na definição dos valores das ações, onde exibe o P/L muito baixo (MOTTA E PROCIANOY, 1992).

As estatais se tornam comuns nesse processo de privatização ao aceitarem moedas podres como forma de pagamentos. Como destaque a venda da Salgema, que segundo Santos (1995) a parte da aquisição dos 9.000 lotes das ações compradas pelo do grupo Ode-

¹⁴ GOMEZ, Milton. Entenda o que são moedas "podres". **Folha de São Paulo**, 1995. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/12/01/dinheiro/32.html>. Acesso em 16 de mai. ²⁰²³.

brecht foram quitadas com títulos da dívida interna. Comprar esses títulos pelo valor de mercado secundário com deságio de até 50% e vender pelo valor de face é um grande negócio feito pelos acionistas do setor privado. Quando tornam empresas privatizadas seu valor cresce consideravelmente em relação ao preço de compra.

Todo esse processo de privatização configura-se como o crescimento capitalista parasitário no Brasil. Qual o Estado utiliza dos mecanismos financeiros para consolidar a industrialização no país, conta com vários riscos iniciais, para então o setor privado apropriar-se de todo investimento realizado. Em outras palavras, o processo de industrialização brasileiro sucumbiu o estado, deixando com várias dívidas externas, a exemplo da Salgema-Braskem.

3.2 Renúncia fiscal e a participação da Salgema-Braskem na dívida Pública de Alagoas.

Os incentivos fiscais no Nordeste originalmente iniciaram no período de 1960-1967, quando o Brasil estava vivenciando um ciclo caracterizado como ciclo de semi-estagnação econômica. Nesta época, a economia nordestina crescia consideravelmente devido as formas de atuação do Estado que se uniu com o processo de desenvolvimento das forças capitalistas, criando modelos voltados para o crescimento econômico. Tiveram como base dois mecanismos principais: O sistema 34/18 e as inversões públicas em infraestrutura e setores de base (FEITOSA, 2013).

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) foi criado em 1959, qual administrou todo mecanismo regional de incentivos fiscais 34/18:

Baseava-se na relação entre três agentes: a empresa optante (ou depositante), a empresa beneficiária (ou investidor) e a SUDENE. A empresa optante era a pessoa jurídica, situada em território nacional, que poderia deduzir do seu imposto de renda, determinada parcela a ser investida no Nordeste. A beneficiária era responsável pela elaboração, implantação e desenvolvimento dos projetos a serem implantados no Nordeste. Já a SUDENE, era responsável pela aprovação e fiscalização da aplicação dos recursos, de acordo com os planos traçados para o desenvolvimento regional (CARVALHO, 2001 apud FEITOSA, 2013).

De acordo com Albuquerque et al. (1974), o sistema concedeu os investimentos a projetos industriais, agrícolas e de telecomunicação na região. As empresas que eram registradas no país podiam deduzir até 50% do imposto e optar por investir em projetos aprovados pela SUDENE no território nordestino. Logo, o sistema 34/18 que era voltado somente para o Nordeste, ampliou-se em outras regiões e destinado a outros setores produtivos.

Em seguida, surge o Programa de integração Nacional (PIN) e PROTERRA para modificar a estrutura do mecanismo 34/18, e se apropriaram dos impostos de renda das empresas jurídicas. Neste momento, a estrutura de benefícios passou a ser 30% de deduções para

o PIN. Durante o período de 1972-1976 mais 20% dos recursos foram destinados ao PRO-TERRA. Esses recursos inicialmente foram depositados ao Banco do Nordeste (BNB) (ALBUQUERQUE et al, 1974).

Em meio a essas modificações no mecanismo 34/18, surge à instituição do sistema Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FINOR), que trouxe aperfeiçoamentos para o programa. O FINOR tinha como objetivo melhorar as falhas do sistema 34/18, que tinha atraso na implantação dos projetos privados e cobranças altas das taxas de captação. Desse modo, visava fomentar o desenvolvimento regional através da aplicação dos recursos em projetos implantados no Nordeste e garantir um modelo de sustentação de poupança destinado a investimento privado (FEITOSA, 2013).

Além dos incentivos fiscais e financeiros atribuídos através do FINOR, Feitosa (2013) apud Guimarães (1989) destaca outros benefícios concedidos: “a isenção total ou parcial do imposto de renda para as empresas novas ou já existentes, o aval da SUDENE para a obtenção de empréstimos junto aos bancos oficiais (BNB, BNDE) e isenções de impostos estaduais sobre circulação de mercadorias”.

A política da renúncia de Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), conhecida originalmente por Guerra Fiscal de ICMS, surgiu após a constituição de 1988 e se configurou como uma prática competitiva entre os estados brasileiros. O objetivo dessa prática consiste em atrair empresas para operar em suas regiões, em consequência disso, oferta diversos benefícios e incentivos fiscais, onde cada Estado federativo detém o poder de fixar as alíquotas do ICMS. Nessas circunstâncias, acaba gerando uma concorrência entre os estados e agrava os prejuízos de arrecadação tributária nas regiões em que as empresas estão localizadas (FREITAS, 2017).

Conforme aponta Freitas (2017), “Essa Guerra Fiscal traz consequências econômicas e sociais para todo o país, devido ao caráter nacional do ICMS, apesar deste ser um imposto estadual, mas que cuja receita se reparte entre estados e municípios”. O não pagamento dessas taxas traz uma série de problemas para sociedade, pois acarreta diretamente nos cortes de investimentos em políticas sociais.

A renúncia fiscal de Alagoas quando contabilizado os anos de (2013 – 2021) o Estado perdeu de somar em seus cofres um montante equivalente a R\$ 6.7 bilhões de reais (Tabela 2). Para além dessa perda, o governo estadual deixou de arrecadar 4,4 bilhões referentes

à Lei Kandir¹⁵, qual visa a não tributação de ICMS das exportações sobre produtos primários ou serviços, os somatórios dessas perdas para Alagoas totalizam R\$ 11,1 bilhões (GOMES, 2019).

Tabela 2 - Dados da Renúncia Fiscal de Alagoas (2013- 2021).

RENÚNCIA	
2013	757.062.511
2014	878.853.076
2015	477.266.000
2016	533.140.830
2017	726.434.732
2018	770.020.816
2019	823.922.273
2020	881.844.009
2021	943.837.643

Fonte: Gomes (2019)

O Governo de Alagoas liderado por Renan Calheiros Filho, durante o início de seu mandato no ano de 2019, também aderiu à política da Renúncia Fiscal através do Plano Plurianual (PPA), que atua como referência dos anos de 2020 até 2024. Segundo Ferreira (2021), a ausência do arrecadamento dos tributos das grandes empresas atuantes, no que concerne aos ICMS, corresponde a 12% do orçamento previsto no estado. A antiga Salgema Indústrias Químicas, atual Braskem, é uma das empresas alagoanas privilegiadas pela renúncia fiscal, devido ao seu enquadramento nos programas de benefício da Prodesin.¹⁶

Gomes (2021) aponta que durante o ano de 2020 o estado alagoano deixou de arrecadar em torno de 1,64 bilhões – tal como pode ser observado na (Tabela 3), referente à renúncia fiscal em Alagoas –, o acúmulo dos impostos de todas as empresas atuantes no Estado. Como é previsto no cenário do PPA os quatro anos a isenção para essas companhias, destina-se que em 2024 totalizará o equivalente a 1,8 bilhão.

¹⁵ Lei que prevê a isenção do pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre as exportações de produtos primários.

¹⁶ Programa que se destina à promoção de meios e ao oferecimento de estímulos voltados à expansão, ao desenvolvimento e à modernização das indústrias.

Tabela 3 - Tabela de valores da renúncia fiscal em Alagoas.

R\$ 1,00

TRIBUTOS	SETORES/PROGRAMAS/BENEFICIÁRIOS	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA				
		2020	2021	2022	2023	2024
ICMS	Atacadista	254.870.875	382.306.312	420.536.944	462.590.638	508.849.702
	Central de Distribuição	151.703.941	157.772.099	164.082.983	170.646.302	177.472.154
	Prodesin	458.709.543	596.322.406	655.954.646	721.550.111	793.705.122
	Sucroalcooleiro	169.682.485	220.587.230	242.645.953	266.910.548	293.601.603
	Medicamentos	29.562.626	30.449.505	31.362.990	32.303.880	33.272.996
TOTAL		1.064.529.470	1.387.437.552	1.514.583.516	1.654.001.479	1.806.901.577

Fonte: SEFAZ apud Gazeta de Alagoas (2021)

Acerca disso, Gomes (2021) ressalta que além de receber os benefícios atribuídos pela renúncia fiscal, todo o processo de implantação da Salgema S/A - Braskem foi financiada diretamente com recursos do BNDES ou da União. Por outro lado, o estado de Alagoas fez empréstimos externo para assegurar o polo cloro químico que fazia parte do empreendimento. Em contrapartida, com a política de juros altos nos Estados Unidos, a empresa SALGEMA-BRASKEM que foi beneficiada por esses recursos, tornou-se um dos motivadores da atual dívida pública de Alagoas.

A dívida pública de Alagoas é marcada por um acervo de operações de créditos realizadas no estado durante a passagem dos governadores. Destacado em Santos (2021) “A dívida pública de Alagoas contém 15 operações de crédito, onde constam reestruturação de dívidas com a União, parcelamentos de dívidas previdenciárias e contribuições sociais, contratos de empréstimos com bancos nacionais e internacionais”.

Diante do exposto, salienta que a dívida governamental está fragmentada em duas partes, as dívidas internas: onde as operações são caracterizadas por empréstimos internos, reorganização da dívida de estados e municípios com a União e a renegociação de dívidas previdenciárias. E as dívidas externas: que são advindas através das operações de empréstimos realizadas em instituições financeiras fora do país (SANTOS, 2021).

O processo de endividamento externo de Alagoas, o qual destacaremos neste capítulo, inicia-se no ano de 1976 através do governo Divaldo Suruagy, quando o estado adquiriu o primeiro empréstimo destinado para o programa rodoviário, com o montante equivalente a US\$ 40.011,072,00 dólares.

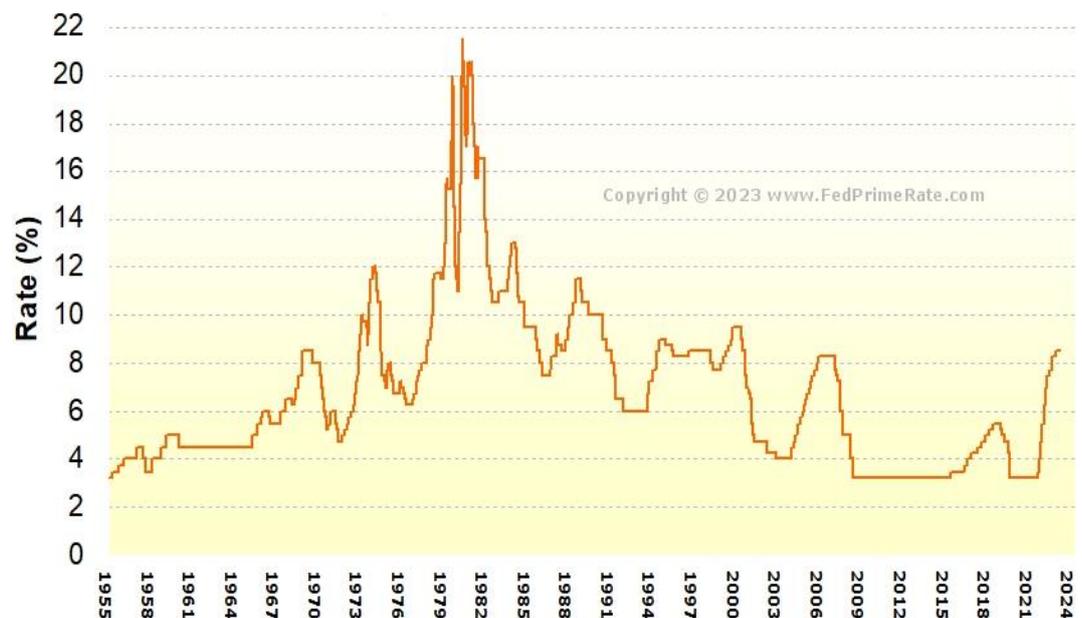
Em 1979, durante o governo dirigido por Guilherme Palmeira, o estado conseguiu mais um empréstimo externo, desta vez, para financiar a extensão da Salgema e o Complexo do Polo-Cloro-Químico da região no valor de U\$ 78.390.349,00 dólares. Este empréstimo tinha objetivo de iniciar a etapa de industrialização baseada no segmento da química fina em Alagoas, onde destacavam esse setor como uma das atividades econômicas mais importantes para época. (GOMES, 2017).

Ainda conforme a análise de Gomes (2017), o Governo Palmeira em 1980 realizou outro empréstimo ligado ao Banque Nationale de Paris no valor de U\$ 55.258,009,71 dólares, que foi destinado mais uma vez à indústria química. A somatória dos dois empréstimos advindos do exterior para financiar a empresa a extensão da Salgema S/A com o Polo-cloro-químico totalizou U\$ 133.648.358,00 dólares.

Todavia, estes empréstimos ocorrem quando a taxa de *juro* nos EUA teve uma expressiva elevação, representando um aumento do custo de captação para o Estado de Alagoas. Em seguida a Salgema foi privatizada e transformada na atual Braskem, pertencente à Odebrecht (GOMES, 2017).

Esse processo de endividamento do estado para financiar o polo cloro-químico ocorreu pelo fato de que as taxas de juros no período que os empréstimos foram adquiridos estavam com valores flutuantes (Figura 3). O que fez com o que o estado ficasse preso a esta política monetária.

Figura 3: Variações dos Juros nos Estados Unidos (1997 – 2024).



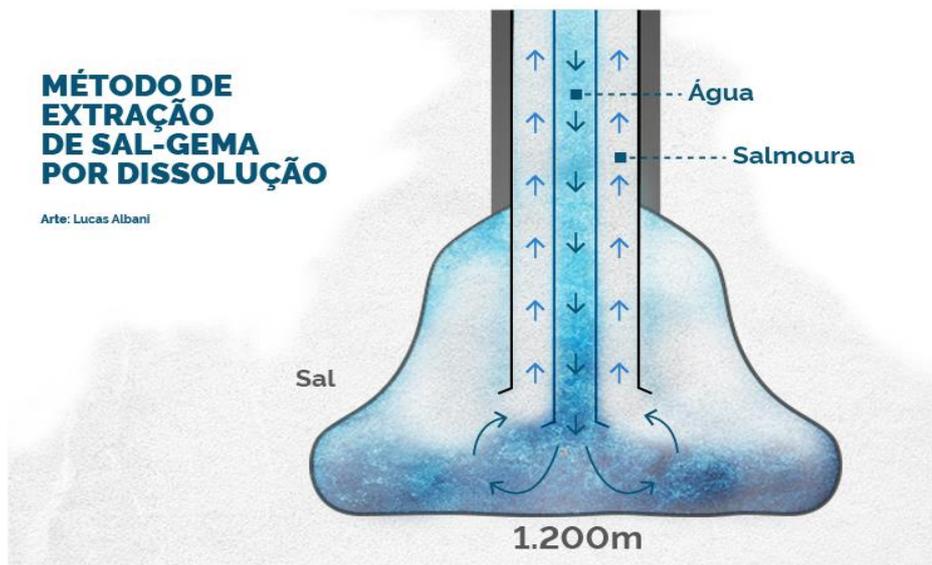
Fonte: Fed Prime Rate (2023)

Para além desses capitais tomados emprestados com o objetivo de fomentar a indústria química na região, durante as passagens dos governadores desde 1976 até os dias atuais, foram adquiridos inúmeros empréstimos em instituições financeiras do exterior, qual co-minou no acúmulo de dívida pública de Alagoas.

3.3 Sal-Gema e Setor Industrial da Clorossoda

O descobrimento do Sal foi um marco fundamental para a história econômica mundial. A Sal-gema é uma rocha salina composta por cloreto de sódio (NaCl), parecida com o sal marinho utilizado para a alimentação humana. De acordo com a Andrade e Zaporski (1994) o sal que é a matéria-prima obtida através das jazidas subterrâneas de sal-gema apresenta um custo menor para produção do Cloro soda. E ele é encontrado em camadas com profundidade de até 2 mil metros de profundidade (Figura 4) com maiores quantidades. Essa matéria é fortemente utilizada nas industriais químicas.

Figura 4: Processo de retirada do sal-gema das jazidas



Fonte: Albani apud Bonn (2021)

De acordo com a ANM (2019) nas indústrias químicas o papel do sal é de extrema importância, sendo destaque no setor de cloro e soda, os quais são produtos obtidos através do

processo de eletrólise¹⁷ – onde é consumida uma maior quantidade de sal extraído. É a partir desses dois elementos que são desenvolvidos subprodutos, o Cloreto de Polivinil (PVC) é um exemplo muito conhecido.

A Agência Nacional de Mineração (2019) conceitua o PVC como:

Cloreto de polivinil (PVC), [é] um termoplástico que utiliza o cloro e eteno, e a soda cáustica na obtenção de polpa de celulose e no beneficiamento da bauxita para obtenção da alumina (processo Bayer). Para um consumo de 1,46 t de sal no processo de eletrólise, são produzidos 0,88 t de Cloro e 1,00 t de soda cáustica. Praticamente metade da produção mundial de sal se destina ao suprimento desta atividade.

Dado o entendimento da relevância do material, Abiclor (2020) informa que, a primeira indústria de soda cáustica surgiu no ano de 1844, na Escócia. Nessa época eles utilizavam uma técnica conhecida como lixívia cáustica¹⁸, desenvolvida pelos Egípcios para produção de sabão, que era obtido por meio de um mineral denominado trona¹⁹, composta por carbonato de sódio hidratado. Tal como pode ser visto, o comércio de produtos provenientes da soda já se iniciava no século XVIII, e as principais mercadorias confeccionados eram o papel, sabão e limpeza de lã.

Já o processo de eletrólise, conforme aponta Andrade e Zaporski (1994), iniciou-se em 1890, onde possibilitou uma melhor forma para se conseguir a soda cáustica em menores custos e de uma forma mais eficiente. Todo setor industrial químico mundial depende, em alguma parte do seu processo de produção, da soda cáustica e do cloro, pois se tratam de matérias primas de muita importância para obtenção de produtos que são utilizados em nosso cotidiano. Além do PVC, existe uma pluralidade de subprodutos que são provenientes dessas duas matérias-primas, tal como o papel, filmes de fotografias, Cds, produtos farmacêuticos, entre outros.

Em relação ao processo do surgimento da eletrólise, Andare e Zaporski (1994) destacam que:

“Quando se consolidou o processo da eletrólise, o desempenho global do segmento passou a depender da importância relativa da soda cáustica e do cloro, bem como do balanceamento verificado entre suas demandas para cada período. Portanto, a rentabilidade do segmento cloro-soda varia bastante em função do período estudado.” (ANDRADE e ZAPORSKI, 1994).

¹⁷ É um processo que utiliza a energia elétrica, e ela é transformada em energia química para obtenção de vários elementos químicos. < <https://www.manualdaquimica.com/fisico-quimica/eletrolise.htm>>

¹⁸ Solução aquosa à base de hipoclorito de sódio, também conhecida por água sanitária, utilizado para usos domésticos. < <https://dicionario.priberam.org/lix%C3%ADvias>>

¹⁹ Mineral de evaporito, composto de carbonato de bicarbonato de sódio hidratado. Utilizado para obtenção do carbonato de sódio. < <https://rockidentifier.com/pt/wiki/Trona.html>>

A indústria de Cloro soda é uma das cadeias produtivas mais significativas da atividade econômica do Brasil, como desataca na (Tabela 4), onde sua participação está atrelada ao suprimento de matérias primas básicas para os setores econômicos, como exemplo: Petroquímicas, metalurgia, construção civil, têxtil, alimentos, bebidas e entre outros.

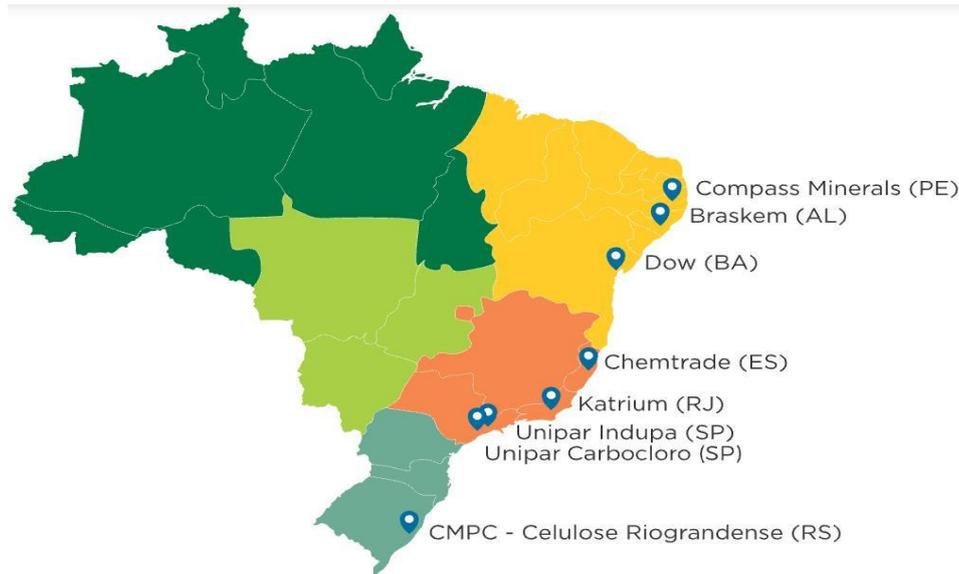
Tabela 4 - Estatística da Sal-gema no Brasil (2005 – 2007).

Discriminação		2005 ⁽¹⁾	2006 ⁽¹⁾	2007 ⁽¹⁾
Produção: ⁽¹⁾	Sal-gema (t)	1.559.000	1.622.000	1.621.000
	Soda (t)	820.500	854.700	894.200
	Cloro (t)	798.000	831.000	825.000
	DCE ⁽⁴⁾⁽⁵⁾ (t)	500.000	512.000	479.000
Importação:	Sal-gema (t)	346.803	420.913	397.577
	(10 ³ US\$ -FOB)	4.031	5.170	4.183
	Soda (t)	965.063	1.260.783	1.564.520
	(10 ³ US\$ -FOB)	143.388	190.553	202.504
	Cloro (t)	3.456	3.945	5.321
	(10 ³ US\$ -FOB)	397	577	821
Exportação:	DCE ⁽⁴⁾ (t)	16.700	27.428	26.850
	(10 ³ US\$ -FOB)	5.875	10.616	10.680
	Sal-gema (t)	25	6	0,5
	(10 ³ US\$ -FOB)	10	3	1
	Soda (t)	103.248	94.620	80.946
	(10 ³ US\$ -FOB)	20.126	15.116	12.610
Consumo Aparente ⁽²⁾	Cloro (t)	1,51	64	92
	(10 ³ US\$ -FOB)	8	95	142
	DCE ⁽⁴⁾ (t)	180.031	147.214	120.362
	(10 ³ US\$ -FOB)	55.796	35.422	40.258
Preços Médios:	Sal-gema ⁽³⁾ (US\$/t)	10,30	11,32	11,99
	Soda (US\$/t)	148,58	159,14	155,78
	Cloro (US\$/t)	114,88	146,20	154,29
	DCE ⁽⁴⁾ (US\$/t)	351,80	387,05	397,76

Fonte: Santos (2008)

Atualmente, as indústrias desse segmento cloro químicos instalados no Brasil estão concentradas nos estados de Pernambuco, Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, como são vistos na (Figura 5).

Figura 5: Mapeamento das indústrias no setor cloro soda 2020.



Fonte: Abiclor (2020)

Abiclor (2020) destaca que a produção das sete indústrias situadas no país foi bastante significativa, o que representou 1% do PIB nacional em 2020. Tratando do mercado latino-americano, respondeu a um total de 60%. A utilização do cloro para produção de derivados químicos é bastante diversificada, pois é muito comum utilizar o cloro nas indústrias para confecção de outros produtos.

4 OS IMPACTOS CAUSADOS PELA EXPLORAÇÃO DO SAL-GEMA NOS BAIRROS DE MACEIÓ – ALAGOAS.

Todo o caso se inicia no ano de 2018, quando os moradores dos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro passaram a observar e relatar impactos semelhantes que vinham acontecendo nas localidades após a ocorrência de um tremor sentido na região. Relatos caracterizados como aparições de crateras nos solos, o que logo provocou os primeiros sinais de fissuras em algumas residências. E mais a diante, foram surgindo fendas nas ruas e avenidas do bairro.

Mediante a esses acontecimentos, pouco se tinha certeza do que vinha provocando esses impactos nos bairros, dentro disso, muitas hipóteses começaram a surgir em cima desse fenômeno desconhecido, sendo uma delas, uma antiga infraestrutura de saneamento básico que passava pelos bairros. Como apontou o Ministério Público Federal (2019) “haveria uma

acomodação do solo, bem como, de que a antiga estrutura de esgotamento sanitário poderia ser a causa dos danos na superfície”.

Em vista dos acontecimentos que intrigavam a população maceioense, as autoridades passaram a pesquisar e analisar o caso. Em vista disso, o Serviço Geológico do Brasil (SGB/CPRM) iniciou as pesquisas nos solos das regiões afetadas, e após vários estudos, descartaram a possibilidade de ser um fenômeno geológico provocado naturalmente. Foi então que decidiram averiguar a ação da petroquímica Braskem que estava atuando com atividades de perfurações nos solos dos bairros desde a década de 70.

Após vários estudos e análises realizadas por mais de 52 pesquisadores nas proximidades da Braskem, o SGB/CPRM em uma audiência pública apontou que uma das principais causas pelos abalos que vinham acontecendo estava atrelada a consequência da exploração mineral da salgema, onde informou que:

Está ocorrendo [uma] desestabilização das cavidades provenientes da extração de sal-gema, provocando halocinese e criando uma situação dinâmica com reativação de estruturas geológicas preexistentes, subsidência e deformações rúpteis em superfície em parte dos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro (SGB/CPRM 2019, p.39).

O fenômeno foi identificado como um rebaixamento da superfície devido às perfurações das cavidades dos 35 poços de extração, que causaram uma alteração no suporte subterrâneo daquelas localidades.

O ano se passou, as fissuras e abalos sísmicos persistiam em incomodar e deixar em pânico os residentes dos bairros afetados. Tal como é destacado na revista Exame (2019), Maceió daí em diante se tornou um obstáculo no caminho da empresa. Quando no dia 14 de novembro de 2019, após sofrer pressões de autoridades, a Braskem declarou para a Agência Nacional de Mineração – ANM que encerraria as atividades de perfurações no território alagoano. Consequentemente a empresa chegou a fechar os pontos onde localizavam os poços de extração, e admitiu em reunião que, dentre os 35 poços, 14 já tinham sido desabilitados.

Considerando um novo acordo, a companhia da Braskem ainda se dispôs a criar uma área de resguardo no entorno dos poços, tendo como objetivo a realocação das vítimas nos imóveis, quais foram afetadas diretamente pelas atividades da empresa (Figura 6). Inicialmente, a estimativa era de abrigar e destinar mais de 400 imóveis a um total de 1.500 pessoas. (EXAME, 2019).

Figura 6: Áreas de resguardo das primeiras realocações.



Fonte: Braskem (2019)

Após a decisão de encerrar as operações, a Braskem passou a observar os impactos financeiros, resultado dos primeiros processos judiciais para bancar as indenizações dos moradores afetados. De acordo com Pereira (2019) ainda durante o ano de 2018, a Braskem tinha reportado um prejuízo em seus lucros equivalente a R\$ 887,8 milhões, e sua receita líquida obteve uma queda de 18%, o que corresponde a R\$ 13,368 bilhões. Em 2019 a empresa já contava com ações judiciais com valores aproximados a 40 bilhões de reais, o que pesou em seu balanço econômico.

4.1 O marco entre os anos de 2020 e 2021 na vida dos moradores afetados

No início de 2020, após o acordo das autoridades para realocar famílias que já chegavam a um total de 17 mil desabrigados, a Braskem precisou também negociar com os donos das propriedades que eram consideradas de “grande porte”, a exemplo das clínicas, escolas, hospitais, creches e entre outros imóveis. De forma equivalente, essas negociações acarretaram mais de R\$ 1,7 bilhões de reais somente para o início dessas atividades. Esse valor também foi destinado para o programa de Compensação Financeira – com objetivo de dar apoio à realocação e atender, primeiramente, as pessoas pertencentes a áreas de grandes ris-

cos. A empresa também informou que cobriria os danos ambientais com um seguro-garantia no valor de 1 bilhão para essas reparações, inclusive para fechamento de poços (RODRIGUES, 2020).

O Portal de Notícia G1 (2021) destaca que 2021 foi um ano de grande angústia para os residentes dos quatro bairros atingidos. As desocupações dos territórios nos quais eles construíram suas histórias durante muitos anos passaram a crescer de forma acelerada, e os números de imóveis em áreas de riscos aumentaram a cada vez mais (Figura 7). Durante a atualização dos dados do mês de maio de 2021, constatou mais de 14.319 mil imóveis identificados na zona de evacuação. Deste total de 14.319, apenas 12.426 ficaram vazios e seus donos tiveram que ser transferidos para outros territórios de Maceió. Diante da extensão do problema, o prazo para encerrar a alocação de todos os afetados dessa tragédia estava previsto para 2022.

No tocante às negociações entre empresa e moradores atingidos em 2021, constaram 5.876 indenizações pagas que, monetariamente, significou um total de R\$ 827 milhões para a Braskem. Esse recurso foi distribuído entre indenizações, auxílios financeiros e advogados, como afirma o G1 (2021).

Figura 7: Imóveis abandonados em áreas de riscos



Fonte: Reprodução/TV Gazeta (2021)

Ainda em desfechos dos danos causados na capital alagoana, foi constatado que o impacto socioambiental também gerou uma brecha financeira nas contas públicas referentes aos valores do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) que não foram arrecadados dos

bairros afetados. Em razão disso, a prefeitura entrou em acordo com a empresa para sanar o problema da arrecadação avaliado em torno de R\$ 2 bilhões de reais. Esse montante foi contabilizado antes do momento da desocupação dos moradores que já sofriam com a desvalorização nos preços dos imóveis e se agravou no momento em que o número do êxodo de pessoas dos bairros impactados aumentou expressivamente (RODRIGUES, 2022).

Rodrigues (2022) reitera que além dessas negociações envolvendo IPTU, a prefeitura também levou em considerações outras situações financeiras provocadas pelo desastre, uma das principais pautas foi a dos impostos que deixaram de receber de empresas situadas nos locais onde elas deixaram de operar; a taxa de iluminação e outros fatores que levam a composição do cofre público da cidade de Maceió.

4.2 Protesto e tentativa de venda das ações da Braskem em mercado internacional em 2021

O ano de 2021 foi bastante desafiador para as vítimas das operações da Braskem. Os moradores continuavam com o processo de desocupação, deixando de lado todos os seus pertences sem garantia de indenização justa, sendo que durante os processos judiciais contra a companhia não houve um acordo capaz de garantir um retorno imediato aos habitantes atingidos (LEÃO, 2021).

Ainda conforme Leão (2021), diante da situação bastante delicada, os líderes comunitários das áreas em risco passaram a promover protesto reivindicando o pagamento dos valores dos imóveis no dia 04 de novembro de 2021 (Figura 8). Os movimentos ocorreram nas proximidades da empresa Braskem e gerou grande repercussão nas mídias, passando a expor a tragédia e a revolta da população.

Figura 8: Manifestações das vítimas em frente à empresa Braskem em 2021



Fonte: Douglas Lopes/TV Gazeta (2021)

Segundo Martins (2021), a Braskem inconformada com os protestos das vítimas, resolveu entrar com uma ação na justiça solicitando o impedimento da realização de manifestações capazes de interditar as proximidades da indústria. Os representantes da empresa alegaram que os protestos poderiam acarretar prejuízo financeiro para a entidade no cenário nacional e internacional, uma vez que estes já cogitavam e trabalhavam para investir em novas negociações.

Conforme destaca Sururu (2022), no início de 2022 os principais acionistas da Braskem: a Odebrecht — detentora de 38,3% de ações — e a Petrobrás — com 36,1% do controle, resolveram de modo discreto, colocar suas partes das ações a venda, tendo como alvo a Bolsa de Valores de Nova Iorque e outros mercados internacionais. A data para realização das negociações foi projetada para o dia 31 de janeiro de 2022. As avaliações realizadas pelas agências financeiras informaram que os montantes para as vendas contavam com resultados financeiros avaliados em bilhões, valor bastante atrativo para os maiores detentores de ações empresariais.

Este processo de venda das ações no mercado internacional perderia o caráter nacional da empresa, ocasionando o processo de desnacionalização dela. O que dificultaria os procedimentos de pagamento e alocação de todos os afetados do desastre.

O comunicado de venda da empresa preocupou bastante as vítimas que não tinha uma resposta concreta sobre a compensação financeira dos prejuízos acarretados pela desocu-

pação das suas residências. Conforme a ponta Martins (2022), a população ficou revoltada com a atitude da empresa, e em resposta a essa ação, os representantes populares denunciaram a tragédia em uma carta aberta que foi publicada no dia 27 de janeiro de 2022. A carta abordava todos os acontecimentos caóticos a 55.000 (cinquenta e cinco mil) pessoas afetadas e 5.000 (cinco mil) empresas e indústrias desde os abalos sísmicos de 2018 até o início de 2022. Além da devastação ambiental que a petroquímica provocou nos solos da capital com a retirada do sal-gema.

Aos novos interessados na compra de ações da Braskem, a carta os alertava sobre as pendências financeiras que a empresa tem sobre o estado de Alagoas, e sobre os danos socioambientais que resultou em cinco bairros fantasmas. O propósito da carta era que o mundo tomasse real ciência do que está acontecendo em Maceió-AL (**Anexo 1**).

As famílias prejudicadas ainda aguardam os recursos judiciais de um acordo feito com a Braskem para receber as propriedades e reparar os danos causados. No entanto, as informações destacam que, boa parte dos habitantes até então não tinham conseguido seus direitos atendidos, pois a dívida da empresa com a capital já estava entre 7 a 12 bilhões de reais, e o valor atribuído à dívida foi calculado com base nos preços dos imóveis e das empresas atingidas.

4.3 As lacunas do programa PCF e os impactos acarretados no ano de 2022.

O Programa de Compensação Financeira e Apoio a realocação (PCF) foi um projeto criado pela Braskem em 2019 a fim de disponibilizar um canal direto entre a petroquímica e os habitantes das áreas de desocupação definidas pela defesa civil de Maceió. O objetivo do programa foi facilitar a comunicação entre os indivíduos com os técnicos da Braskem, e realizar um melhor andamento das realocações, agindo de forma transparente na prestação de contas perante a sociedade (BRASKEM, 2020).

Diante desse programa realizado pela empresa, foram observadas diversas lacunas no processo de atendimento aos afetados. Como aponta nos registros do G1 (2022), O PCF não conseguiu amparar todas as vítimas da tragédia socioambiental, como a exemplo do caso dos moradores da região de Flexais no Bebedouro. Durante a fase de mapeamento das áreas de risco, o bairro dos Flexais e adjacência foram classificados apenas como área de monitoramento e não faz parte do programa, o que resultou na perda dos direitos civis para os afetados. Após o mapeamento e a desocupação da população dos bairros próximos aos Flexais, os moradores começaram a sentir os primeiros impactos de isolamento.

Os habitantes dessas regiões ficaram revoltados com toda situação de desprezo por parte das autoridades e realizaram diversos protestos pela garantia de direitos a inclusão desses bairros no mapa de realocação (Figura 9).

Ainda conforme o G1 (2022), a defesa civil de Maceió considerou que os residentes dessas áreas vivenciam diretamente o isolamento socioeconômico²⁰, ocasionado pela falta dos serviços públicos na região, visto que, as unidades educacionais, de saúde e outros setores públicos estão sendo desativados e não conseguem mais atender a população daquela localidade. O que justifica a inclusão dos moradores no programa de compensação financeira e realocação.

Figura 9: Protestos dos moradores dos Flexais – Bebedouro



Fonte: Ragi Torres/TV Gazeta (2022)

Em vista ao programa PCF, a Braskem publicou as atualizações do mês de junho de 2022 (Tabela 5), em que constou o progresso de realocação das vítimas das áreas atingidas, mas, sem a presença do bairro dos Flexais.

²⁰ Ação que separa um indivíduo ou um grupo do convívio com o restante da sociedade. Esse isolamento pode ser voluntário ou não.

Tabela 5 - Números do PCF no mês de junho 2022.

ÁREAS DO MAPA DE DESOCUPAÇÃO	IMÓVEIS IDENTIFICADOS	IMÓVEIS DESOCUPADOS	IMÓVEIS PENDENTES DE DESOCUPAÇÃO	PROPOSTAS ACEITAS
Resguardo	513	513	0	620
Zona A	1.632	1.632	0	1.911
Zona B	77	77	0	84
Zona C	155	155	0	169
Zona D	2.809	2.784	25	3.087
Zona E	2.625	2.617	8	2.908
Zona F	61	60	1	80
Zona G	2.380	2.364	16	2.397
Zona H	1.397	1.387	10	1.303
Total área 00	11.649	11.589	60	12.559
Área 01	2.874	2.657	217	1.991
Total geral	14.523	14.246	277	14.550

Fonte: Braskem (2022)

Além do descaso com a população dos Flexais e adjacências, os cinco bairros mais afetados pela Braskem seguem sofrendo catástrofes em decorrência da retirada predatória dos recursos minerais do solo. No dia 15 de junho de 2022, de acordo com THN1 (2022), o bairro Pinheiro considerado uma das partes mais afetadas pela instabilidade do solo, foi observado pela população o surgimento da abertura de uma cratera no jardim de uma das residências desocupada (Figura 10).

Figura 10: Cratera encontrada no Bairro Pinheiro-Maceió.



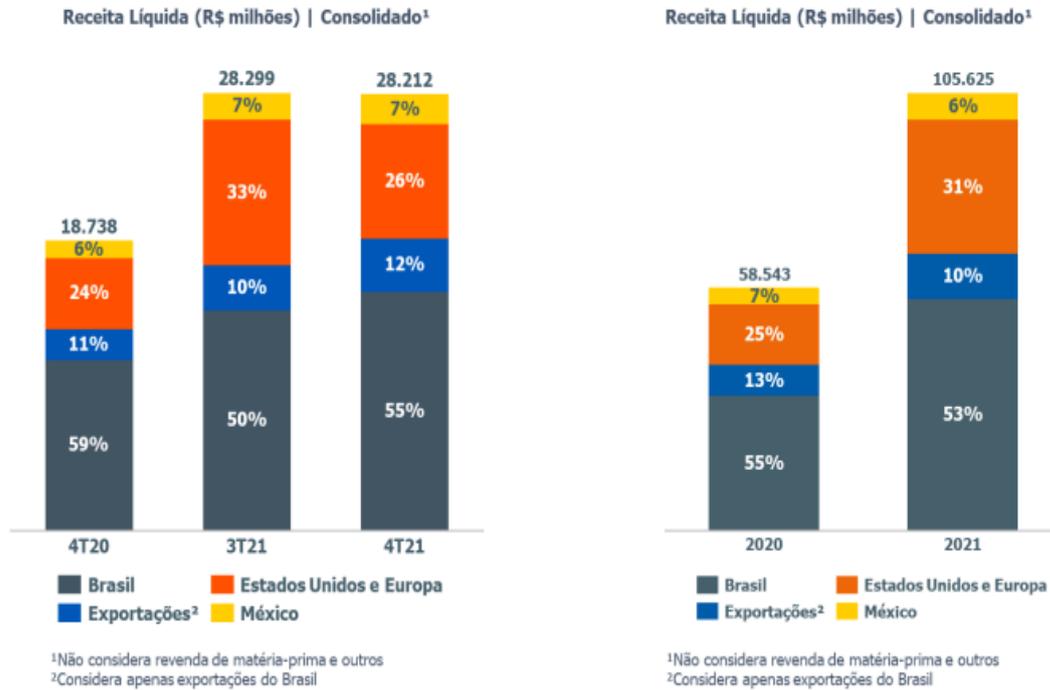
Fonte: Reprodução THN1 (2022)

Essa instabilidade vem perdurando desde 2018, o que tornará o futuro incerto aos bairros que estão se tornando fantasmas na região de Maceió.

4.3.1 A relação entre a lucratividade da Braskem e o crime socioambiental 2020-2023.

Apesar de ser responsabilizada pelo crime socioambiental decorrente das fortes atividades de extração de salgema, a Braskem continuou alavancando os registros financeiros da sua receita líquida com base o ano referência 2021. Lustosa (2022) expressa que no terceiro trimestre de 2020 a empresa química tinha registrado apenas o lucro líquido de R\$3,53 bilhões em sua receita, já no ano de 2021 ela conseguiu reverter à situação financeira, onde ampliou a receita líquida e atingiu o total de R\$ 13,98 bilhões.

A receita líquida da empresa no último trimestre (outubro, novembro e dezembro) de 2021, alavancou consideravelmente para R\$ 105,62 bilhões. Como apresenta na (Tabela 6).

Tabela 6 - Receitas Líquidas da Braskem 2021.

Fonte: Braskem (2022)

Como destaca Lustosa (2020) “Entre outubro e dezembro, a receita líquida da petroquímica subiu 51%, para R\$ 28,21 bilhões, em relação ao obtido nos mesmos meses de 2020. No ano, o montante avançou 80%, para R\$ 105,62 bilhões”. Diante dessa lucratividade, o mercado brasileiro foi responsável por mais da metade dessa receita arrecadada.

O início de 2022 as arrecadações indicadas nos documentos da Braskem (2022) relatam que o primeiro trimestre teve um registro nos lucros líquidos de 3,9 bilhões. O que se refere a uma porcentagem bastante significativa de 56%, superior aos três primeiros meses de 2021.

Ainda conforme a Braskem (2022), “Em maio, foi realizado o pagamento de dividendos de R\$ 1,35 bilhão, com base no resultado do exercício de 2021. Somados aos R\$ 6 bilhões pagos em antecipação em dezembro, o total de dividendos foi de 7,35 bilhões, ou seja, 77,5% do lucro líquido ajustado do ano passado”.

No primeiro período de 2023 a indústria química iniciou com uma forte demanda por produtos químicos, onde foi considerado um dos melhores níveis de atividade global desse segmento. No 1º trimestre a empresa registrou o Lucro antes juros, Impostos, Depreciação

e Amortização (EBITDA) no total de R\$1,1 bilhão de reais, e com lucro líquido concedido aos acionistas da empresa equivalente a R\$184 milhões de reais (BRASKEM, 2023).

No Brasil foi registrado, neste primeiro momento, um número significativo de vendas de resina e outros tipos de produtos. Já no exterior houve uma forte demanda em relação aos químicos polipropileno (PP) e polietileno (PE), materiais obtidos através das operações da petroquímica. Além disso, ela manteve o seu caixa de março com o montante de R\$14 bilhões, valor que seria destinado para investimentos e cobertura dos pagamentos das dívidas da empresa (BRASKEM, 2023).

Em contrapartida, segundo é destacado em Moreira (2023), a companhia obteve um grande prejuízo durante a contabilidade do seu segundo trimestre de 2023. O lucro líquido da empresa foi de aproximadamente R\$ 771 milhões de reais. Em comparação ao ano de 2022 desse mesmo trimestre, houve uma redução de ganhos de 45%, visto que, no segundo trimestre de 2022 a companhia tinha arrecadado em lucro líquido um total de R\$1,406 bilhão.

Já a EBITDA recorrente do segundo trimestre de 2023 contou com o montante de R\$ 703 milhões, esse registro também sofreu uma grande queda comparado a 2022 que contou com R\$ 3,9 bilhões, uma redução de 82%. Em sua receita líquida do 2T23 somou-se R\$ 17,756, confrontado com a receita do mesmo período de 2022 que contou com a soma de R\$ 25,4 bilhões, houve uma diminuição de 30% (MOREIRA, 2023).

Em vista disso, é possível observar que a companhia sofreu grandes quedas em seus faturamentos trimestrais quando comparado há anos anteriores. Mas, é notável que a empresa segue retendo lucratividade com suas atividades no setor químico mundial.

4.4 Acordos financeiros, especulação Imobiliária e o caos do crime socioambiental em 2023.

Passaram-se os anos e o crime da petroquímica iniciou 2023 sendo considerado na atualidade como “o maior desastre urbano em atividade do mundo”, devido à grande proporção da instabilidade do solo que ainda afeta a cidade de Maceió. Em razão do êxodo em massa das vítimas que habitavam a região, os bairros foram se tornando fantasmas e com características de um cenário de pós-guerra. Diversos imóveis foram destruídos e pichados com frases voltadas ao discurso de justiça, revolta e saudade daqueles que viveram nesses conjuntos habitacionais e que deixaram tudo para trás (Figura 11).

Figura 11: Galeria de muros pichados em clamor de justiça pelas vítimas da Braskem.



Fonte: Carlos Eduardo (2023)

Em meio a tantos desastres sociais, ambientais e perdas emocionais vivenciados desde 2018 a 2023, o número de afetados diretamente cresceu e chegou a atingir mais de 200 mil vítimas, bem como, milhares de pessoas afetadas indiretamente pela Braskem. A área de mapeamento dos bairros atingidos reconhecida pela defesa civil atinge aproximadamente 5,8 km² (Figura 11), sem contabilizar as áreas que fazem parte do entorno do mapa, que também sofrem com os impactos gerados, mas sem receberem nenhuma indenização, como é o caso dos moradores dos Flexais (RIDART e SOUZA, 2023).

R\$ 1,7 bilhão à Maceió, tendo em vista que, já tinham pagado anteriormente um montante de R\$ 700 milhões para prefeitura. Diante disso, os governantes informaram que o recurso obtido através das negociações seria designado para realização de obras na cidade e para a criação do Fundo de Amparo aos moradores (FAM).

O governo de Alagoas criticou fortemente o acordo firmado entre a prefeitura de Maceió com a petroquímica. Este acordo excluiu a participação dos moradores de Maceió. O crime ambiental expulsou mais de 60 mil pessoas da capital para morarem em cidades vizinhas, e essas vítimas não foram ouvidas. Também ressalta que além do município e das famílias, o estado também foi prejudicado (ALAGOAS, 2023).

Diferentemente dos acordos feitos pela petroquímica com as autoridades maceioenses, os moradores dos Flexais e adjacências ainda brigam pela dificuldade da defesa civil e a petroquímica reconhecerem que a localização precisa ser inserida no programa PCF para poderem receber indenizações justas por seus imóveis e realocação, uma vez que são afetados diretamente pelo isolamento.

Vale destacar que desde o primeiro momento que foi realizado o acordo pelos moradores dos Flexais em 2022 com a empresa e as autoridades públicas para ressarcir as famílias, elas tiveram de optar por um acordo em que foi ofertado apenas R\$ 25 mil para reparar os danos morais e materiais, como destaca no termo de acordo do Ministério Público de Alagoas, redigido por Ribeiro (2022):

“Com a celebração do acordo fica garantido aos moradores e comerciantes da região o pagamento de uma parcela única no valor de R\$ 25 mil por núcleo familiar e comércio; e de R\$ 30 mil, no caso de imóvel misto, a título de indenização por danos patrimoniais e extrapatrimoniais. Vale destacar que, segundo a cláusula quinta, o acordo não vincula e nem gera quaisquer obrigações para os cidadãos que não concordarem com as medidas propostas, deixando de aderir ao acordo, ficando livres para adotar as medidas que entenderem cabíveis” (RIBEIRO, 2022).

Diante da ausência de diálogo, muitos conflitos e falta de negociação justa, fez com que os moradores dos Flexais e adjacências, mais uma vez, batessem de frente com a Braskem, o MPF e o juiz que indeferiu o processo de realocação das famílias durante o início das negociações. Os moradores acamparam em frente à entrada da unidade da mineradora no bairro Mutange, dia 12 de setembro de 2023, onde ficaram revezando entre as vítimas, que totalizaram 812 famílias, durante os dias de manifestações (Figura 13).

Segundo um dos representantes da comunidade Flexais em entrevista ao jornal Tribuna (2023) apontou que “Hoje o Flexal não é mais o Flexal. O nosso imóvel não tem va-

lor mais por conta disso. O poder econômico do bairro não existe, eu tenho três comércios hoje que não tem como vender, não tenho como progredir financeiramente”. A mobilização foi de forma pacífica, contou com a participação dos moradores de outros bairros que também são vítimas do crime socioambiental, para intensificar o manifesto.

Figura 13: Manifestação na entrada da unidade da Braskem em 2023.



Fonte: Edilson Omena apud Tribuna Independente (2023)

Para além desses desfechos, após 5 anos da grande descoberta do crime praticado pela companhia química, foi exposto, por vítimas que se encontravam na mesma manifestação dos Flexais, que a empresa armazenaria uma grande quantidade de salgema em sua unidade do Mutange. O que veio à tona a indagação entre o fechamento dos 35 poços e uma suposta retomada das operações, de forma irregular, feita pela empresa (TRIBUNA, 2023).

Em resposta à exposição da matéria prima encontrada, segundo a Tribuna (2023) a Braskem informou que toda a salgema utilizada para produzir os seus materiais são enviados diretamente do Chile, e que o conteúdo encontrado não tem relação com atividade inapropriada, uma vez que a empresa desativou todos os seus 35 poços desde 2019. O material encontrado pelos moradores seria o mineral conhecido como calcita²¹, substância utilizada para fechar os poços inativos.

²¹ Mineral conhecido por ser um dos principais formadores de rocha.

É importante destacar que o fato de se importar salgema do Chile e mesmo assim continuar lucrativa mostra o quanto a extração predatória de salgema em Maceió possibilitou uma lucratividade elevada

Além desses impasses, outro ponto em destaque é a situação da área de desocupação, no que os bairros vão se tornar futuramente. Angelo (2021) aponta que toda área desocupada está sob posse da Braskem. Ela passou a ser dona dos bairros vazios e estima-se que em longo prazo ela lucrará R\$ 40 bilhões com a especulação imobiliária²². Esse valor estimado é três vezes maior que o valor que a companhia pagará por todo estrago causado em Maceió e nas vidas das vítimas.

Em relação a especulação imobiliária, o governo de Alagoas através do governador Paulo Dantas fez críticas duras a ação da empresa durante a reunião com o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), em julho de 2023:

“É o maior case imobiliário especulativo do mundo. A empresa que cometeu um crime ambiental sem precedentes pode lucrar bilhões de reais em alguns anos. O acordo simplesmente faz o causador do desastre lucrar, e a vítima, pagar o preço” (GOVERNO DE ALAGOAS, 2023).

De acordo com o as negociações sobre a área desabitada, a Braskem passa a ser detentora de 40% dos imóveis dos cinco bairros afetados. Essa também poderá, caso consiga estabilizar o solo, realizar comercializações dos imóveis e das áreas.

5 A DÍVIDA ECOLÓGICA E AS CONSEQUÊNCIAS DA EXTRAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS DO SUBSOLO.

A dívida ecológica refere-se a ideia de justiça ambiental, baseia-se na dívida acumulada devido aos fortes danos causados pelas explorações ambientais causadas por países socioeconomicamente desenvolvidos do grupo NORTE, em relação aos países subdesenvolvidos do grupo SUL. Todo esse movimento começou desde os tempos do colonialismo, e, ainda prevalece na época atual.

Segundo Gomes e Medeiros (2020) essas práticas, inicialmente, eram realizadas em seus próprios países industrializados, quais usufruíram por muito tempo dos seus recursos naturais e entraram em escassez desses bens. No entanto, com o colonialismo; o sistema agro-exportador e extrativo mineral permitiram que esses países dominantes se expandissem para as nações de baixo desenvolvimento.

²² Prática de mercado utilizada na aquisição de imóveis e terrenos a baixo custo e, no longo prazo vendê-los por um preço maior.

Essa exploração acontece por dois motivos, como destaca Russi (2016):

“Em primeiro, pelas exportações de matéria –primas a preços muito baixos dos países originários para os países altamente industrializados, preços que não incluem os danos ambientais produzidos pela extração e processamento, nem pela contaminação que tais explorações provocaram (e continuam a provocar); em segundo, pela ocupação gratuita e barata do espaço ambiental (a atmosfera, a água e a terra) resultante dos depósitos dos resíduos produzidos pelos países do Norte.”

A redução de custos ambientais e baixo custo de exportação de matérias-primas para o setor privado é o ponto crucial para manter esse tipo de atividade e interesse nas nessas regiões da periferia econômica. Como esses países em processo de desenvolvimento muitas vezes não têm políticas exigentes para a utilização do meio ambiente em atividades industriais, dado que as autoridades priorizam em primeiro momento o progresso econômico, os agentes do setor privado utilizam da prática de apossar-se dos recursos produzidos pela natureza e não respeitam as leis ambientais existentes.

Partindo para a ótica brasileira, qual se encontra como a 9^o economia mundial e detém cerca de 9% das reservas minerais do mundo, hoje passa por um dos desastres ecológico e urbano mais conturbado da história, o caso da Braskem em Maceió vem tomando uma proporção gigantesca, onde não há como quantificar, financeiramente, todas as perdas que vem acarretando para as vítimas. Essas atividades de minérios no Brasil como apontam Menezes e Medeiros (2020) “Na maioria das vezes o processo de mineração é rudimentar e sempre implica devastação de enormes coberturas florestais e subterrâneas”.

No que se refere aos desastres ocasionados diretamente pela mineração, podemos destacar os principais fatos do Brasil: O rompimento da barragem de rejeitos do Fundão em Mariana-MG deixando 19 vítimas fatais e a devastação do Rio Doce; e desastre do rompimento da barragem da mineradora VALE, em Brumadinho-MG, que causou a morte de 272 pessoas.

Figura 14: Desastre ambiental ocasionado pela mineração – Brumadinho-MG



Fonte: Antônio Cruz/Agência Brasil (2019).

É possível destacar que diante das crises ecológicas ocasionadas pelas atividades industriais, às classes mais prejudicadas são das pessoas que habitam as áreas próximas às operações. As consequências ocasionadas pelas extrações de forma inadequada dos bens naturais são desastrosas, que muitas vezes de maneira cruel, destrói vidas e histórias que naqueles lugares foram construídas.

Figura 15: Restos que sobraram de um lar, Maceió-AL.



Fonte: Theo Sales (2022).

Por que as indústrias, principalmente no que se diz respeito as do setor de mineração, não têm interesse em primeiro momento nos cuidados ambientais das áreas em que operam? Conforme aborda Mata e Cavalcanti, (2002):

“As abordagens conceituais de utilidade e das preferências dos agentes econômicos, e suas decisões de escolha e obtenção do lucro em qualquer processo de produção e consumo são determinadas na literatura clássica, como desconto ou juro alternativo, inerentes ao melhor custo de oportunidade” (MATA e CAVALCANTI, 2002).

As indústrias internacionais e os acionistas se apropriam intensivamente das reservas naturais apenas com o único objetivo: fomentar a lucratividade sem preocupações com o meio ambiente em que exploram. Submetem os países com grandes reservas de recursos naturais ao modelo de economia primário-exportador, a fim de sanar os interesses do mercado internacional capitalista.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo conteúdo apresentado na monografia, podem-se tirar as seguintes conclusões: Durante o processo de implantação da empresa Salgema Indústrias Química S/A e a extensão do polo cloro químico no estado de Alagoas (anos 70 - 80), ela recebeu diversos incentivos

financeiros vindos do poder público. O Governo Federal, através do II PND, teve uma importante participação para consolidação da empresa na capital. Esta indústria também contou com o governo do estado, que por meio de empréstimos externos passou a investir no setor químico. O polo cloro-químico e a empresa só passaram a funcionar devido à presença desse capital estatal. Todo esse investimento se deu pelo motivo da expectativa na diversificação econômica de Alagoas. Além da promessa que geraria mais de 100 mil empregos diretos para a população maceioense e, sobretudo, também participaria dos lucros obtidos em longo prazo.

O estado montou a Salgema S/A e possibilitou a industrialização química em Alagoas, e, de repente, no momento em que a indústria passa a reter suas primeiras margens de lucro, surge o processo de privatização da companhia e do complexo petroquímico onde ele era um dos maiores acionistas.

A Braskem S/A surge através da metamorfose da empresa estatal com o setor privado, por meio das vendas das ações do estado na Bolsa do Rio em 1995. É importante destacar que a companhia Braskem comprou grande parte das ações vendidas da Salgema com títulos de moedas podres. Em seguida a privatização, o estado continuou a favorecê-la via incentivos fiscais, crédito estatal, subsídio da energia elétrica e renúncia fiscal.

O Parasitismo do capital privado define todo esse processo de estatização para a privatização que, inicialmente, o setor privado não assume os riscos para investimentos em indústria no Brasil e, após implantada e estabilizada na região, ocorre o processo de privatizar a companhia.

Em virtude desses fatos mencionados, toda expectativa criada diante da implantação da indústria química no estado foi frustrada. Os empréstimos externos para o polo-cloro-químico resultaram na geração de parte da dívida pública de Alagoas, e como resultado do uso predatório dos recursos naturais, sem responsabilidade, através das perfurações nas jazidas de salgema desencadeou a maior tragédia socioambiental urbana vista no estado de Alagoas.

No ano de 2023 contabiliza-se um total de 55 mil que deixaram suas residências; Cinco bairros fantasmas e uma população de aproximadamente 9,5 mil pessoas vivendo em situação de ilhamento socioeconômico, sem acesso a posto de saúde, escolas e comércio, além da exclusão dos seus direitos a indenizações justas pela perda dos imóveis. Em razões eventuais acontecimentos, a economia alagoana retrocedeu em 11%, o estado e o município perderam R\$ 3 bilhões de reais com a falta de arrecadações de ICMS.

Para além de todo o estrago causado para a sociedade, o município e o estado, a empresa cogita passar pelo processo de desnacionalização, tendo em vista a venda para acionistas do exterior, contrapartida, a população e governantes tentam impedir este processo antes que ela arque com toda a dívida que tem para com os afetados.

REFERÊNCIAS

- Agência Nacional De Mineração. LAVRA SUBTERRÂNEA DE SAL-GEMAEM MACEIÓ – AL. **Ministério de Minas e Energia**. Maceió, 16 de Jan. de 2019. Disponível em: <http://www.maceio.al.gov.br/wp-content/uploads/2019/01/pdf/2019/01/LAVRA-SUBTERRÂNEA-DE-SAL-GEMA-EM-MACEIÓ-AL-ANM.pdf>. Acesso em 02 de set. 2021.
- ALBUQUERQUE, R. C; et al. Os incentivos financeiros à industrialização do Nordeste e a escolha de tecnologias. **REC IPEA**, vol. 1, nº 2, p. 329-365, dez. 1971.
- ALVES, S.; CRUZ, R.; MACHADO, F. Formação econômica de alagoas: da agroindústria canavieira à indústria “sem chaminés” (turismo): dependências e contradições. **Revista Rural & Urbano**. Recife. v. 03, n. 02, p. 61-81, 2018.
- ANDRADE, José Eduardo Pessoa de; ZAPORSKI, Janusz. A indústria de cloro-soda. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2 , p. 183-225, dez. 1994.
- ARAÚJO, Fernando. Salgema, um sonho que virou pesadelo. **Turismo e Negócios**. Maceió, 2019. Disponível em: <http://www.revistaturismoenegocios.com/materia.php?c=1186>. Acesso em: 10 de ago. 2021.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE CLORO ÁLCALIS E DERIVADOS. A História do Cloro. **ABICLOR**. São Paulo, 2020. Disponível em: <http://www.abiclor.com.br/a-historia-do-cloro/>. Acesso em: 01 de set. 2021.
- BARROS FILHO, J. R. G.; LUEDEMANN, M. S. A Indústria mineral de sal-gema e a formação da cidade de Maceió. **Editora Realize**. Campina Grande. 2021. p. 1-17, jun. 2021.
- BRASKEM. Programa de Compensação Financeira chega a mais de 12 mil propostas aceitas até março. **Braskem Alagoas**, 2022. Disponível em: <https://www.braskem.com.br/noticia-alagoas/programa-de-compensacao-financeira-chega-a-mais-de-12-mil-propostas-aceitas-ate-marco> Acesso em 20 de set. 2022.
- BRASKEM. Programa de compensação financeira e apoio à realocação. **Braskem Alagoas**, 2022. Disponível em: <https://www.braskem.com/balancopcf> Acesso em 20 de set. 2022.
- BRASKEM. Braskem registra lucro líquido de R\$ 3,9 bilhões e receita de vendas de R\$ 26,7 bilhões no primeiro trimestre. **Braskem**, 2022. Disponível em: <https://www.braskem.com.br/detalhe-noticia/braskem-registra-lucro-liquido-de-r-39-bilhoes-e-receita-de-vendas-de-r-267-bilhoes-no-primeiro-trimes-#:~:text=A%20Braskem%20registrou%20um%20lucro,632%25%20acima%20do%20trimestre%20anterior>. Acesso em: 29 de Nov. 2022.
- BRASKEM, Braskem registra Ebitda de R\$ 1,1 bilhão no 1º tri de 2023. **Braskem**, 2023. Disponível em: <https://www.braskem.com.br/detalhe-noticia/braskem-registra-ebitda-de-r-11-bilhao-no-1-tri-de-2023>. Acesso em 14 set. 2023.

Braskem faz acordo com Maceió de R\$ 1,7 bilhão de indenização por afundamento do solo. **G1 ALAGOAS**, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2023/07/21/braskem-faz-acordo-com-maceio-de-r-17-bilhoes-de-indenizacao-por-afundamento-do-solo.ghtml>. Acesso em 02 de set. 2023.

Braskem estoca sal-gema em unidade no Mutange. **TRIBUNA HOJE**, 2023. Disponível em: <https://tribunahoje.com/noticias/politica/2023/09/19/126579-braskem-estoca-sal-gema-em-unidade-no-mutange>. Acesso em 18 de set. 2023.

Braskem vai encerrar extração de sal em Maceió. **EXAME**, 2019. Disponível em: <https://exame.com/negocios/braskem-vai-encerrar-extracao-de-sal-em-maceio/>. Acesso em: 05 de set. 2021.

BONN, M.; MURAD, A. Sal-gema: riqueza intocada no Espírito Santo. **Assembleia Legislativa do Espírito Santo**, Setembro. 2019. Disponível em: <https://www.al.es.gov.br/Noticia/2021/09/41673/salgema-riqueza-intocada-no-espírito-santo.html>. Acesso em 15 de set. 2022.

CABRAL, L. A. P.; A Experiência Alagoana em Planejamento. **Economia política do desenvolvimento**, Maceió, vol. 1, n. 6, p. 49-81, set./dez. 2009.

CAVALCANTI, J.E. A.; MATA, H. T. A Ética Ambiental e o Desenvolvimento Sustentável. **Revista de Economia Política**, vol. 22, nº 1 (85), p. 176-191, jan-mar/2002.

Cratera se abre em jardim de residência no Pinheiro. **G1 AL**, 2022. Disponível em: <https://www.tnh1.com.br/noticia/nid/cratera-se-abre-em-jardim-de-residencia-no-pinheiro-veja-video/> Acesso em: Acesso em 20 de set. 2022.

DIODATO, V. R.; Da Concepção de um Polo Cloro químico ao Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Química e do Plástico De Alagoas. **Repositório UFAL**, 143 f. Maceió, 2017.

FEITOSA, Cid Olival. Os impactos do Sistema de Incentivos Fiscais (34/18-FINOR) para a economia sergipana. **EUMED.NET**, 2013. Disponível em: <https://www.eumed.net/libros-gratis/2013/1244/impactos-sistema-incentivos-fiscais-economia-sergipana.html> Acesso em: 25 de abr. 2023.

FERREIRA, Arnaldo. Estado deixa de cobrar r\$ 7,4 bilhões de ICMS de empresas ricas até 2024. **Gazeta de Alagoas**, 2021. Disponível em: <https://d.gazetadealagoas.com.br/politica/339798/estado-deixa-de-cobrar-r-74-bilhoes-de-icms-de-empresas-ricas-ate-2024>. Acesso em: 10 mar. 2022.

FREITAS, C. M. B. Guerra fiscal de ICMS entre os estados e as consequências para o país. **DireitoNet**, 2017. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/10161/Guerra-fiscal-de-ICMS-entre-os-estados-e-as-consequencias-para-o-pais>. Acesso em 26 de ago. 2022.

FRANÇA, L. ONG Movimento pela Vida era contra a instalação da Salgema em área povoada. **Tribuna Hoje**. 2019. Disponível em: <https://tribunahoje.com/noticias/cidades/2019/06/08/73026-ong-movimento-pela-vida-era-contra-a-instalacao-da-salgema-em-area-povoada>. Acesso em 12 de set. 2022.

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS. **Governador pede ao TCU que venda da Braskem só aconteça após indenização dos moradores.** Maceió, 2023. Disponível em: <https://alagoas.al.gov.br/noticia/governador-pede-ao-tcu-que-venda-da-braskem-so-aconteca-apos-indenizacao-dos-moradores>. Acesso em 18 de set. 2023.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Celio. De Salgema a Braskem, história da empresa em Alagoas é controversa desde a origem. **CADA MINUTO**. Maceió, 11 de mai. de 2019. Disponível em: <https://www.cadaminuto.com.br/noticia/2019/05/11/de-salgema-a-braskem-historia-da-empresa-em-alagoas-e-controversa-desde-a-origem>. Acesso em: 13 de ago. de 2021.

GOMES, Thiago. Entidades lançam manifesto contra renúncia fiscal e cortes de investimentos sociais pelo Governo de AL. **Gazetaweb**, 2021. Disponível em: <https://www.gazetaweb.com/noticias/politica/entidades-lancam-manifesto-contrarenuncia-fiscal-e-cortes-de-investimentos-sociais-pelo-governo-de-al/> Acesso em: 10/03/2022.

GOMES, José Menezes. Renúncia fiscal e novo ciclo de endividamento: A receita para o desastre. **AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA**, 2019. Disponível em: <https://auditoriacidadada.org.br/nucleo/alagoas-renuncia-fiscal-e-novo-ciclo-de-endividamento-a-receita-para-o-desastre-por-jose-menezes-gomes/>. Acesso em 27 de ago. 2022.

GOMES, José Menezes. Dívida Pública Alagoana: dominação financeira, crise fiscal e a superexploração da força de trabalho. **CADTM**, maceió, 18 de abr. de 2017. Disponível em: http://www.cadtm.org/spip.php?page=imprimer&id_article=14748 Acesso em: 25 de abr. 2023.

GOMES, J. M; MEDEIROS, S. M. A. As conexões entre a dívida pública, dívida ecológica e social. **CADTM**, 2020. Disponível em: <https://www.cadtm.org/As-conexoes-entre-a-divida-publica-divida-ecologica-e-social> Acesso em: 17 de out. 2023.

LEÃO, Vivi. Moradores de bairros afetados por rachaduras protestam em frente à Braskem, em Maceió. **G1 Alagoas**, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2021/11/04/moradores-de-bairros-afetados-por-rachaduras-protestam-em-frente-a-braskem-em-maceio.ghtml>. Acesso em: 12 de jan. 2022.

LINHARES, Henrique. As mais relevantes indústrias químicas do país. **Sóhelices**, 2022. Disponível em: <http://sohelices.com.br/15-maiores-industrias-quimicas-do-brasil/>. Acesso em: 4 de out. 2022.

LUSTOSA, Gustavo. Braskem (BRKM5): lucro líquido cai 37% no 4º trimestre, para R\$ 530 milhões, mas receita cresce. **TradeMap**, 2022. Disponível em: <https://trademap.com.br/agencia/mercados/braskem-brkm5-lucro-liquido-cai-37-no-4o-trimestre-para-r-530-milhoes-mas-receita-cresce>. Acesso em: 29 de nov. 2022.

Mais de 12 mil imóveis são desocupados em bairros de Maceió afetados por afundamento do solo. **G1 AL**, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2021/05/07/mais-de-12-mil-imoveis-sao-desocupados-em-bairros-de-maceio-afetados-por-afundamento-do-solo.ghtml> >. Acesso em 06 de set. 2021.

MELO, Paulo Roberto Cabral. Método de Lavra por Dissolução Subterrânea Empregado pela Salgema Mineração LTDA. **VII Simpósio Brasileiro de Mineração**. v.7, p. 277 – 285, ago. de 1977.

MARINGONI, Gilberto. A maior e mais ousada iniciativa do nacional-desenvolvimentismo. **Desafios do Desenvolvimento-IPEA**, Brasília, n. 88, p. 42-56, nov. 2016.

MARTINS, José Fernando. Carta aberta alerta investidores sobre venda da Braskem. **NOVO EXTRA**, 2022. Disponível em: <https://novoextra.com.br/noticias/alagoas/2022/01/74728-carta-aberta-alerta-investidores-sobre-venda-da-braskem>. Acesso em: 01 de fev. 2022.

MARTINS, José Fernando. Braskem diz que manifestos podem gerar impactos na economia internacional. **NOVO EXTRA**, 2021. Disponível em: <https://novoextra.com.br/noticias/alagoas/2021/12/72842-braskem-diz-que-manifestos-podem-gerar-impactos-na-economia-internacional>. Acesso em: 10 de fev. 2022.

MOREIRA, Felipe. Braskem (BRKM5) tem prejuízo de R\$ 771 mi no segundo trimestre, queda anual de 45%. **InfoMoney**, 2023. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/mercados/braskem-brkm5-resultados-segundo-trimestre-2023/>. Acesso em 14 set. 2023.

Moradores dos Flexais, em Maceió, protestam por realocação da área afetada pela mineração. **G1 AL**, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2022/05/17/moradores-dos-flexais-em-maceio-protestam-por-realocacao-da-area-afetada-pela-mineracao.ghtml> . Acesso em 20 de set. 2022.

Moradores dos Flexais protestam contra a mineradora, MPF e juiz. **TRIBUNA HOJE**, 2023. Disponível em: <https://tribunahoje.com/noticias/cidades/2023/09/15/126349-moradores-dos-flexais-protestam-contr-a-mineradora-mpf-e-juiz>. Acesso em 18 de set. 2023.

MOTTA, P. C. D.; PROCIANOY, J. L. Inovação tecnológica: a privatização após o uso das "moedas podres". **RAE-Revista de Administração de Empresas**, [S. l.], v. 32, n. 5, p. 48–60, 1992.

NEVES, José Luis. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de pesquisas em administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 1-5, 1996.

PEREIRA, Vinicius. Braskem enfrenta pesadelo de Maceió para voltar ao jogo. **SUNO**, 18 de nov. de 2021. Disponível em: <https://www.suno.com.br/noticias/braskem-pesadelo-maceio/>. Acesso em: 5 de set. 2021.

RIBEIRO, Janaina. **MPAL, MPF e DPU assinam termo de acordo com Braskem e Prefeitura de Maceió para garantir integração urbana na região dos Flexais**. Maceió, AL: Ministério Público De Alagoas, 4 nov. 2022. Disponível em: <https://www.mpal.mp.br/?p=20322>. Acesso em 18 de set. 2023.

RODRIGUES, Fernando. Braskem removerá 17 mil pessoas de bairros que afundaram em Maceió. **PODER360**, 2020. Disponível em:

<https://www.poder360.com.br/economia/braskem-removera-17-mil-pessoas-de-bairros-que-afundaram-em-maceio/>. Acesso em 06 de set. 2021.

RODRIGUES, Marcos. SEMEC NEGOCIA COM BRASKEM R\$ 2 BI REFERENTES A IPTU DE BAIROS AFETADOS. **Gazeta de Alagoas**, 2022. Disponível em: <https://d.gazetadealagoas.com.br/politica/341584/semec-negocia-com-braskem-r-2-bi-referentes-a-iptu-de-bairros-afetados>. Acesso em: 15 de jan. 2022.

RIDART, Ananda; SOUZA, Mayra. O Crime da Braskem: A Mineração que afundou Maceió. **Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração**, 2023. Disponível em: <http://emdefesadosterritorios.org/o-crime-da-braskem-a-mineracao-que-afundou-ma-ceio/#:~:text=O%20Movimento%20Unificado%20das%20V%C3%ADtimas,5%20bairros%20da%20capital%20alagoana>. Acesso em 02 de set. 2023.

RUSSI, Daniela. O que é a dívida ecológica?. **GAIA**, 2016. Disponível em: <https://gaia.org.pt/tag/divida-ecologica/>. Acesso em: 17 de out. 2023.

SANTOS, Francisco. Governo vende ações da Salgema com ágio de 138%. **Folha de S.Paulo**. São Paulo, 6 de out. de 1995. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/10/06/brasil/34.html>. Acesso em: 13 de ago. 2021.

SANTOS, V.T. F. Dívida pública alagoana (1997 a 2020). **Repositório UFAL**. p.1-43, Maceió, 2021.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista brasileira de história & ciências sociais**, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009.

SEADE. Indicadores Socioeconômicos. **Portal mec**. 2000. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/indicad_al.pdf. Acesso em: 27 de set. 2022.

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL. Perguntas e Respostas sobre o Relatório Técnico. Maceió, 2019. Disponível em: <https://rigeo.cprm.gov.br/jspui/bitstream/doc/21133/7/perguntasrespostas.pdf> . Acesso em 05 de set. 2021.

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL. Confira o relatório sobre a Instabilidade do Terreno no bairro Pinheiro e adjacências. 09 de maio de 2019. Disponível em: <https://www.cprm.gov.br/publique/Noticias/Confira-o-relatorio-sobre-a-Instabilidade-do-Terreno-no-bairro-Pinheiro-e-adjacencias-5662.html>. Acesso em 05 de set. 2021.

SILVA, M. V;. Política industrial e interesses empresariais: o II PND (1974-1979). **ABPHE**. Caxumba, v. 6, p, 1-23, 2003.

SURURU. Venda da Braskem ignora bilionária dívida social e ambiental em Maceió. **NOVO EXTRA**, 2022. Disponível em: <https://novoextra.com.br/sururu/2022/01/778-venda-da-braskem-ignora-bilionaria-divida-social-e-ambiental-em-maceio>. Acesso em: 01 fev. 2022.

TICIANELI. Descoberta de sal-gema em Alagoas foi por acaso. **História de Alagoas**. 22 de nov. de 2015. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/descoberta-da-sal-gema-em-alagoas-foi-por-acaso.html>. Acesso em 10 de ago. 2021.

ANEXOS

ANEXO A - CARTA ABERTA AO PÚBLICO



As atuais controladoras da empresa Braskem, Novonor e Petrobras, encaminharam comunicado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) no Brasil e à Securities and Exchange Commission, órgão regulador do mercado de capitais nos Estados Unidos, com o objetivo de informá-las da venda das suas ações preferenciais, a partir de 31 de janeiro de 2022. Elas esperam obter com essa transação cerca de 8 bilhões de reais. Em seguida, em data a ser anunciada, iniciarão a venda das ações ordinárias em seu poder, finalizando suas participações na empresa cloroquímica.

Diante dessa transação, é preciso alertar o público em geral e, particularmente, os investidores quanto ao fato de que a Braskem tem um passivo não resolvido nem precificado em Alagoas, uma dívida que pode oscilar entre 7 e 12 bilhões de reais, conforme cálculo feito com base em dados fornecidos por associações de moradores e por empresas imobiliárias e da construção civil. Esses valores são relativos aos prejuízos materiais e imateriais causados pela empresa no megadesastre ambiental decorrente da mineração do sal-gema na cidade de Maceió, desastre que se tornou conhecido em março de 2018 e que já foi noticiado pela imprensa nacional e internacional.¹

Em documentos e peças publicitárias, a Braskem tem minimizado o megaproblema, classificando-o como “incidente” ou “fenômeno” geológico. Porém, o que ocorreu em Maceió foi o maior crime ambiental provocado por uma indústria cloroquímica no mundo. A tragédia, além de ter provocado dois terremotos, destruiu quatro bairros inteiros (Bebedouro, Bom Parto, Pinheiro e Mutange) e impactou de forma significativa um quinto bairro (Farol), expulsando de suas casas 6% da população da cidade (55 mil pessoas) e forçando o fechamento de cerca de 5 mil empresas e indústrias de diversos portes que funcionavam na região. Grande parte das pessoas atingidas ainda não foi indenizada pelos danos materiais e imateriais sofridos. Essa realidade se repete com o município de Maceió, que, muito por anomia de seus administradores, sequer abriu negociações formais para as indenizações a que faz jus para reconstruir e reurbanizar a cidade no entorno do desastre.

A Braskem afirma que um acordo celebrado com o Ministério Público Federal e com o Ministério Público Estadual de Alagoas regularizou a situação da empresa em relação ao desastre que ela gerou. Não é verdade. Assinado no último dia de 2020 e referendado pela Justiça Federal depois de apenas três dias, o acordo permitiu à empresa reduzir de 40 bilhões de reais para pouco mais de 5 bilhões de reais o valor a ser pago em relação a duas ações cautelares de que era objeto. Além disso, o documento estabelece que a Braskem adote “medidas necessárias à estabilização e ao monitoramento do fenômeno [sic] da subsidência decorrente da extração do sal-gema, conforme exigido pela ANM – Agência Nacional de Mineração no plano de fechamento [das minas]”. Ou seja, o acordo não isentou a empresa de arcar com os prejuízos materiais e imateriais que ela provocou.

¹ Por exemplo, ver as seguintes reportagens: <https://www.metropoles.com/materias-especiais/afundamento-de-maceio-provoca-exodo-urbano-de-55-mil-pessoas>; <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-01-14/a-bairro-fantasma-que-a-mineracao-delxou-para-tras-em-maceio.html>.

ANEXO B - CARTA ABERTA AO PÚBLICO.



Vale ressaltar, ainda, que a Braskem é responsável por outra ameaça a Maceió, com potencial para causar uma calamidade ainda maior na cidade: a presença da planta da empresa – um equipamento de grande porte, com mais de 40 anos de operação – em plena área urbana, colocando em perigo a vida de 150 mil pessoas que trabalham, estudam ou residem no seu perímetro ou em bairros adjacentes, incluindo o Centro comercial da capital alagoana. Além disso, a corporação emprega somente 0,14% da força de trabalho de Alagoas. Ao longo dos 18 anos de operação da Braskem em seu território, Alagoas viu decrescer em 46% a renda familiar média per capita, além de não ter conseguido combater sua imensa desigualdade socioeconômica. A empresa quase nada recolhe de impostos, é beneficiada por incentivos fiscais e explora gratuitamente (não há cobrança de royalties) o principal mineral de Alagoas. A Braskem é uma enorme devedora do nosso estado.

A iniciativa desta carta é de uma congregação de cidadãos e instituições que desejam o melhor para Maceió, cansados de esperar por iniciativas políticas (que nunca vieram) de proteção da cidade e da sua população contra a sanha da Braskem. Queremos que este documento chegue, especialmente, ao conhecimento da B3 e da bolsa de valores de Nova York, onde a empresa também atua, e à CVM e à ESC, controladoras do mercado de capitais no Brasil e nos EUA, respectivamente. Esperamos que os futuros controladores saibam dos problemas que irão enfrentar e que deverão resolver sem demora, pois o espaço para postergações exauriu-se junto com nossa paciência. “Nunca duvidem que poucos cidadãos, comprometidos com seus semelhantes, possam mudar o status quo indesejado”.²

Maceió, janeiro de 2022.

² Adaptação de uma frase da antropóloga estadunidense Margaret Mead.